

ESPECIAL/ELEIÇÕES

Não ao governo Sarney

JULHO

N.º 37

Cz\$ 80,00



ÓRGÃO DA EXECUTIVA NACIONAL DO PT

RS: Pesquisa dá PT na frente

RJ: Cariocas transam alianças

MG: As três grandes chances

ES: Com Vítor até a vitória

SE: Deda garante em Aracaju

PA: Base vem dos sem-terra

Págs. 4, 5 e 6

Roberto Parizotti



Lula já tem agenda de viagens para a campanha

Pág. 7

Vem aí um novo congelamento dos preços

Pág.10

Em Olinda, pintou a Brigada Henfil

Última página

Editorial

Juntos e unidos

Olívio de Oliveira Dutra
Presidente Nacional do PT

As eleições municipais de 15 de novembro de 1988 constituem o principal e maior evento político de massas do País neste ano. Haverá eleições para prefeito e vereadores em todos os municípios brasileiros, entre eles mais de vinte capitais de Estado e algumas dezenas de cidades importantes. Embora o povo brasileiro não possa, nessa ocasião, como era de seu desejo, votar também para presidente da República, é quase certo que o pleito municipal, em muitos casos, vai adquirir o tom de eleições majoritárias nacionais, pela politização dos temas, pelo destino dos partidos concorrentes, pelo ensaio de eleições presidenciais que a disputa tenderá a configurar.

O Partido dos Trabalhadores estará, nessas eleições, concorrendo em mais de 1.500 municípios, com cerca de 30 mil candidatos. Ao PT cabe papel importantíssimo nessas eleições: conferir-lhes um tom plebiscitário contra a transição conservadora e contra o governo Sarney, politizar a discussão e mostrar as vinculações entre as soluções dos problemas locais - do buraco de rua à construção do posto de saúde - e os grandes temas nacionais, irresolvidos desde a ditadura militar, como a dívida externa, a redistribuição de renda, a política de crescimento econômico e social, a ampliação das liberdades democráticas etc.

Aos filiados e simpatizantes do PT, portanto, incumbe a responsabilidade de se dedicarem a esta campanha com seriedade, garra, entusiasmo, dedicação e espírito de sacrifício. O PT, como todos sabem, não pode contar com os mesmos recursos materiais de que usufruem os partidos burgueses. Sua força está na militância e no acerto de suas idéias e propostas. E é com tais

armas que o PT espera - e certamente conseguirá - obter significativas vitórias eleitorais e políticas este ano, preparando um patamar sólido para a campanha presidencial de Lula em 1989.

É por isso que a direção nacional do Partido dos Trabalhadores não poderia deixar de condenar com rigor algumas práticas que deslustram os princípios petistas. Práticas que, felizmente, são exceção, mas que, lamentavelmente, acontecem em disputas internas de alguns municípios.

Estamos nos referindo ao açodamento com que alguns pré-candidatos - ou seus seguidores - tentam atropelar princípios, critérios e prazos da democracia interna petista no afã de saírem vitoriosos nas prévias ou nos encontros. Estamos nos referindo ao método de arrebanhar filiados improvisados às vésperas de reuniões, numa flagrante violação de um dos pilares básicos de nosso Partido, que é o de elevar o nível de conscientização e independência da classe trabalhadora. Estamos nos referindo, principalmente, à postura de grupos que reivindicam proporcionalidade em diretórios e comissões executivas, e até demonstram ter suficiente número de participantes ou delegados para fundamentar tal pedido, mas que se recusam a apresentar mais que um único candidato a vereador, apequenando a nominata partidária e assim enfraquecendo a legenda do PT no embate eleitoral com as forças da reação e da direita.

A direção nacional do Partido dos Trabalhadores conta com o espírito de militância e de unidade dos petistas, para que tais práticas nocivas desapareçam totalmente do cenário do Partido, e que possamos caminhar, todos juntos e unidos, para grandes vitórias em 15 de novembro.



Notas

O voto da juventude

Pesquisa realizada em São Paulo com jovens de 16 a 18 anos, poucos dias após a aprovação, no Congresso Constituinte, do voto facultativo aos 16 anos, aponta o PT como o partido preferido dos eleitores de primeira viagem. O conjunto das conclusões, entretanto, não é tão animador assim para o PT e mostra que há muito trabalho pela frente, se pretendemos, realmente, conquistar o voto dos jovens e, sobretudo, sua militância aguerrida.

Embora a grande maioria tenha declarado intenção de voto nas eleições de novem-

bro, poucos dos entrevistados conheciam o conteúdo da nova lei. Pior ainda: quase nenhum deles sabia como e onde realizar o alistamento eleitoral - o que é grave, quando se sabe que o voto aos 16 é facultativo.

Finalmente, uma parcela dos entrevistados (são 5,7 milhões de eleitores potenciais em todo o país), embora considere o Lula um trabalhador "confiável e simpático", aponta também os nomes de Covas e Antônio Ermírio e diz não ver atrativos na política nem nos partidos.

Luta de escolas

A luta entre as correntes existentes no Partido dos Trabalhadores ganhou um novo elemento: a disputa entre as diferentes escolas de formação política.

Isto é o que se pode deduzir do surgimento, ocorrido este ano, da *Fundação Nativo da Natividade*, cujos objetivos são "a formação política e ideológica de pessoas que participam das lutas popular, sindical e política, na linha da independência de classes, sem distinções de tendências políticas, religiosas ou filosóficas.

Tendo entre seus quadros companheiros como José Genoíno, João Machado, Eduardo Jorge, Waldemar Rossi, Domingos Galante e Durval de Carvalho - este último fazendo parte, desde 1986, da coordenação do Instituto Cajamar - a Fundação pretende desenvolver, à semelhança do Inca, vários níveis de cursos de formação.

As semelhanças, contudo, não vão muito além disso. En-

quanto o Inca surgiu visando concentrar nossos escassos recursos humanos na área de formação, a Fundação defende que "a proliferação de experiências de formação" constitui-se em "fator impulsionador da luta social".

A formação ministrada no Instituto parte da idéia de que a prática é o critério da verdade. Já a Fundação chama isto de "concepção vulgar e doutrinação do marxismo".

As diferenças entre as escolas - das quais apontamos apenas duas - são na verdade expressão das diferentes posições políticas e filosóficas existentes no interior do PT. A disputa entre elas poderá ser saudável para o Partido, desde que feita de forma aberta e clara. É importante, por exemplo que sejam amplamente divulgados os projetos pedagógicos de ambas as instituições. Ou, então, que se explicitem nas páginas da imprensa partidária as diferenças existentes.

A agenda da direção

Até que seja definido o calendário nacional de reuniões que a Secretaria de Organização está elaborando, para compatibilizar as datas de encontros, seminários e atividades gerais das Secretarias e Comissões do Diretório Nacional, o BN divulga o novo calendário de reuniões ordinárias do Diretório Nacional e da

Comissão Executiva Nacional. São estas as datas programadas:

Diretório Nacional: 6 e 7 de agosto; 1.º e 2 de outubro; e 17 e 18 de dezembro.

Comissão Executiva Nacional: 27 e 28 de agosto; 22 e 23 de outubro; e 3 e 4 de dezembro.

Sociedade

Mobilização para o 2.º turno

O Congresso Constituinte continua sendo um importante campo da luta política, pois é lá que estará sendo jogada a sorte, nas próximas semanas, de vários direitos políticos e sociais inscritos na Constituição a ser promulgada, e que agora vai a segundo turno de votação. É nosso papel mobilizar os trabalhadores e os setores populares para barrarem a ofensiva conjunta do eixo empresariado governo Sarney-militares, que pretende impor um retrocesso em vários pontos: sumprimir toda e qualquer restrição ao capital estrangeiro, limitar o papel do Estado a mero financiador da infra-estrutura e da acumulação capitalista, sem preocupações sociais; e, sobretudo, eliminar conquistas sociais e políticas dos trabalhadores incluídas no texto constitucional.

Ao fazer este corte na conjuntura, que também privilegia a realização das eleições municipais, nas quais já estamos empenhados em todos os Estados (ver a reportagem nas páginas 4, 5 e 6), e o combate à política econômica do governo Sarney, a Comissão Executiva Nacional (CEN), em sua reunião de 9 a 10 de julho, reafirmou a diretriz de mobilização para o segundo turno, reiterou a denúncia do caráter conservador do projeto constitucional e voltou a demarcar nossa oposição à tutela militar, à estrutura sindical, às restrições ao direito de greve e à anti-reforma agrária imposta pela UDR (ver a

Barrar a ofensiva contra as conquistas sociais e políticas inscritas na Constituição é uma tarefa central neste momento, junto com a campanha eleitoral e o combate à política econômica do governo

íntegra da resolução no quadro abaixo).

Em sua avaliação da conjuntura nacional, a CEN chama a atenção para o fortalecimento do governo Sarney (“governo civil autoritário sob tutela militar”) e destaca seu ponto fraco, a frente econômica, na qual prossegue a escalada inflacionária e o agravamento da situação social decorrente da política econômica recessiva.

No cenário político do momento um fato novo foi o lançamento do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), a fração que abandonou o PMDB reunindo setores progressistas (os chamados autênticos) e conservadores. Enquanto o PMDB continua se debatendo numa disputa interna em torno da postura diante do governo Sarney e de sua sucessão, o PSDB significa, na prática, uma alternativa de centro e procurará disputar com o PT, tentando barrar nosso avanço nas eleições municipais.

Mobilização social

“Mais complexa é a situação dos movimentos sociais, das lutas populares e da luta sindical”, aponta a análise da CEN. Se o momento é de refluxo, há também claros indícios de que podem voltar à ordem do dia mobilizações grevistas, como a recente paralisação dos telefônicos, e de protestos. Nota-se, por

parte do governo e dos meios de comunicação, uma maciça campanha para desmobilizar e despolitizar a população, que poderá, inclusive, influenciar no voto de protesto (branco e nulo) nas eleições de novembro. Esta manobra procura isentar o governo Sarney e o PMDB das responsabilidades pelas frustrações populares e pela atual situação de crise do país.

Num ano eleitoral e de realização de congressos nacionais de trabalhadores (CUT e Contag), cresce a responsabilidade dos petistas que atuam no movimento sindical, popular e associativo. É preciso trabalhar para retomar a mobilização social, seja na luta contra a política econômica do governo, seja na campanha eleitoral para as prefeituras, que são as duas princi-

pais tarefas deste segundo semestre.

Dois cenários

Depois de avaliar o quadro econômico de curto prazo, marcado pela inflação e o ajuste recessivo imposto pelo FMI, e o cenário de mais longo prazo, que aponta para uma maior abertura ao exterior e para a “modernização”, a CEN orienta a militância para combater o arrocho salarial e os cortes dos gastos sociais promovidos pelo governo; além disso, para dar conta das mudanças estruturais que estão se desenhando na economia.

Nesse campo, a primeira tarefa do partido é a mobilização pela recuperação das perdas salariais, pois a URP repõe, mas a defasa-

gem entre ela e a inflação é muito elevada. É urgente um trabalho de agitação em torno da provável extinção da URP e politizar a questão salarial, mostrando a natureza da política econômica de Sarney. Daí ser necessário o PT unir a luta contra o arrocho com um programa mínimo e com a mobilização nacional de entidades sindicais e populares, em defesa da economia popular e contra a carestia em todas as suas formas. Tal luta precisa ligar-se à luta pela terra e a favor dos pequenos produtores, de créditos, preços e garantias para produção de alimentos, e, principalmente, à luta pela reforma agrária.

A médio prazo, o PT precisa apresentar um Programa Econômico Alternativo ao ajuste recessivo da “Nova República”, articulando com um Programa Econômico de Governo e com a candidatura Lula a presidente.



Saída política está na luta social

Roberto Parzotti

No DN, a decisão final

Tomando a defesa da Bancada petista, criticando as tendências que propõem “consulta às bases”, mesmo já tendo decidido previamente pela não-assinatura da nova Constituição, e fazendo autocrítica por não ter conseguido colocar em prática as reso-

luções adotadas na reunião de 2 e 3 de junho de 1988 (ver o Boletim Nacional n.º 36), a Comissão Executiva Nacional reafirma a Resolução de 2 e 3 e decide:

“a) A Bancada Constituinte publicará e divulgará suas emendas supressivas, através de uma entrevista

coletiva e de um pronunciamento de seu líder, Luiz Inácio Lula da Silva;

b) A Executiva Nacional e a Bancada, através de seu presidente e líder, articularão as entidades sindicais e populares, as lideranças dos partidos (PDT, PCB,

PC do B, PSB) para garantirem no segundo turno a manutenção dos direitos políticos e sociais conquistados e para impedir novos retrocessos;

c) A Executiva Nacional divulgará para todo o partido um balanço do primeiro

turno e da atuação da Bancada; e

d) A Executiva Nacional tomará posição sobre a questão de assinar ou não a Nova Constituição e consultará o conjunto do partido de acordo com as normas estabelecidas no RI (Regimento Interno) e Estatutos, cabendo ao Diretório Nacional a deliberação final sobre o tema”.

Vamos julgar a Nova República

O objetivo é nacionalizar as campanhas

A Comissão Nacional de Eleições Municipais do PT está preparando um manual para todos os diretórios do País contendo instruções práticas e legais sobre as convenções, registro de candidaturas e prazos, além de uma orientação sobre como utilizar o rádio e TV para a propaganda gratuita.

O secretário de Organização do Diretório Nacional, Cezar Alvarez, lembra que o período de realização das convenções oficiais, segundo orientação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), estende-se de 15 de julho a 7 de agosto. Além disso, a Executiva Nacional resolveu que "em municípios onde o PT tem comissões provisórias, qualquer iniciativa eleitoral depende da autorização do respectivo Diretório Regional; nos municípios onde existe Diretório Municipal, a possibilidade de lançar ape-

nas chapas de vereadores, sem candidato a prefeito do PT, terá de ser obrigatoriamente aprovada pelo Diretório Regional". Cezar Alvarez informa que a Executiva do partido está encaminhando consulta ao TSE, pedindo parecer sobre a situação de diretórios com documentação em TRE, para que lhes seja assegurada a participação nas eleições.

Balanco das convenções

No plano político, Alvarez reitera a idéia que deve nortear a campanha de todos os candidatos: "nosso objetivo é transformar as eleições deste ano num julgamento da 'Nova República' e do governo Sarney, evitando que o pleito tenha um caráter exclusivamente municipal e regional".

Isso não significa que o PT vai

esquecer as questões locais. Em relação a esta questão, aliás, houve um avanço significativo sobre os programas municipais elaborados em 1982. É o que afirma Ricardo Azevedo, assessor da Comissão Nacional de Eleições Municipais, fazendo um balanço dos encontros realizados até agora. Em 1982, diz Ricardo, houve muita confusão entre plataforma de lutas e programa de governo, fazendo surgir propostas descoladas da correlação de forças local e excessivamente propagandísticas. "Hoje as coisas estão mais claras: multiplicam-se propostas criativas e o estudo detalhado dos problemas mais específicos; veja, por exemplo, o programa de saúde do PT de Imperatriz, no Maranhão: há um levantamento completo da situação dos postos de saúde, uma crítica minuciosa da atual política da pre-

feitura para o setor e aponta soluções concretas para um período de 4 anos". Do mesmo modo, são criativas as campanhas em inúmeros municípios, como mostram os exemplos de reportagem da última página.

A Comissão de Eleições Municipais chama a atenção de todos os estados para a realização do Seminário Nacional de Propaganda Eleitoral, marcado para os próximos dias 29, 30 e 31 de julho, em São Paulo, quando serão discutidos os seguintes temas: a) a legislação eleitoral sobre propaganda; b) o planejamento estratégico da campanha; c) o relacionamento com a imprensa; d) a utilização de rádios, TV's e vídeos.

Nesta página e nas páginas seguintes, uma reportagem sobre a campanha eleitoral em 11 estados.

RIO GRANDE DO SUL

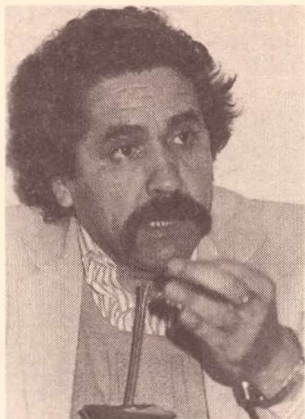
Pesquisa dá PT em 1.º

O presidente nacional do Partido, Olivio Dutra, é o nosso candidato a prefeito em Porto Alegre. O companheiro Tarso Genro foi indicado para vice.

A convenção municipal de 22 de maio passado aprovou também uma proposta de coligação com o PSB, PCB, e PC do B. O problema é que o candidato do PSB, Fulvio Petracco, não aceita que o PT encabece a chapa de coligação, dificultando a aliança. De qualquer forma, o comitê eleitoral do PT já definiu o dia 21 de julho como data limite: ou se constitui a frente ou colocaremos nas ruas a nossa chapa majoritária.

Esta campanha pretende ser uma ruptura com as realizadas anteriormente pelo PT gaúcho e a intenção é fazer prevalecer três objetivos: que ela seja profissional, partidária e de massas. Do ponto de vista político, terá um conteúdo anticapitalista sem cair no doutrinismo.

A última pesquisa de opinião realizada em Porto Alegre mostra que 30% dos entrevistados preferem o



Olivio Dutra, Porto Alegre

PT contra 15% do segundo colocado, o PDT. O diretório municipal de Porto Alegre estima que o Partido poderá eleger até 8 vereadores na cidade.

A assessora de imprensa da bancada do PT gaúcho, Vera Flores, informa que o PT vai lançar candidatos a prefeito em 170 municípios (de um total de 333 no Estado). Cerca de 2.050 militantes serão candidatos a vereador. Fora do eixo das grandes cidades do Estado, o PT deverá ter uma votação expressiva na região norte, onde se encontram mais de 100 municípios onde predominam os minifúndios.

PARANÁ

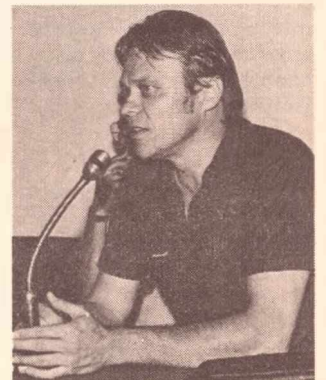
Crescimento no Interior

O PT paranaense vai lançar 102 candidatos a prefeito em todo o estado (que tem 315 municípios) e 1.100 candidatos a vereador. É o que informa Valdete Souza, da Secretaria de Organização do Diretório Regional.

A estimativa do Diretório Regional é eleger pelo menos 100 vereadores. Valdete calcula que em 9 cidades do interior o PT tem

chances de fazer o prefeito ou ter uma grande votação.

Em Curitiba, o agrônomo e ex-secretário da Agricultura no governo José Richa, Claus Germer, foi escolhido candidato a prefeito. O presidente do Diretório Regional, e membro da Executiva Nacional, Gilberto Carvalho, é o candidato a vice. A convenção de 22 de maio passado decidiu não fazer coligação.



Claus Germer, Curitiba

Pelas últimas pesquisas o PT é, depois do PMDB, o partido mais indicado pelos curitibanos.

SÃO PAULO

Coligações em 7 cidades

A assistente social Luiza Erundina foi escolhida candidata a prefeita em São Paulo, ao obter a maioria dos votos da prévia organizada pelo diretório municipal, envolvendo quase 10 mil filiados.

A convenção municipal realizada em 1 e 2 de julho passou aprovou coligações com o PCB, PC do B e PV (Partido Verde) e escolheu o advogado Luís Eduardo Greenhalgh como candidato a vice.

Na Grande São Paulo, litoral e Interior, o Diretório Regional estabeleceu priori-

dade um de campanha em São Bernardo, Santo André, Diadema, Santos e Campinas, nas quais o PT tem grandes chances de vencer. Poucos encontros municipais optaram por alianças e coligações. Efetivamente, em apenas nove cidades foram aprovadas coligações, mas três delas estão sendo impugnadas pela direção regional, por violarem decisões do 5.º Encontro Nacional (Itupeva, Sorana e Lins, por se coligarem com grupos quercistas ou petebistas). Nos outros seis municípios (Santos,



Luiza Erundina, São Paulo

Americana, Cubatão, Taubaté, Jandira e São Luiz do Paraitinga) as alianças estão dentro das regras estabelecidas pelo Partido.

O partido lançou, em todo o Estado, cerca de 250 candidatos a prefeito e 3.300 candidatos a vereador (espera eleger cerca de 300).

ESPECIAL
Eleições Municipais

MINAS GERAIS

Três grandes chances

O PT mineiro lançou candidatos a prefeito em 350 cidades, segundo informa o companheiro Marcos Flora, da Secretaria de Imprensa do Diretório Regional. As cidades do interior com maiores chances de vitória nas eleições são, Ipatinga, no Vale do Aço - onde o companheiro Chico Ferramenta lidera nas pesquisas -; Contagem, no centro do Estado, (ali foi escolhido candidato a prefeito o deputado estadual Nilmário Miranda) e Juiz de Fora, no sul.

Em Belo Horizonte, a convenção municipal de 8 de maio escolheu o deputado federal Virgílio Guimarães candidato a prefeito e Antonio Carlos Pereira (Carlão, presidente do diretório regional) para vice. Foram lançados 90 candidatos a vereador (espera-se



Virgílio Guimarães, Belo Horizonte

eleger 6). A convenção aprovou também coligação com o PSB, PCB, PC do B e PV. As negociações, porém, complicaram-se depois que surgiu o PSDB, dos dissidentes peemedebistas. Segundo as pesquisas, o PMDB aparece com 22% das intenções de voto e o PT com 19%.

SERGIPE

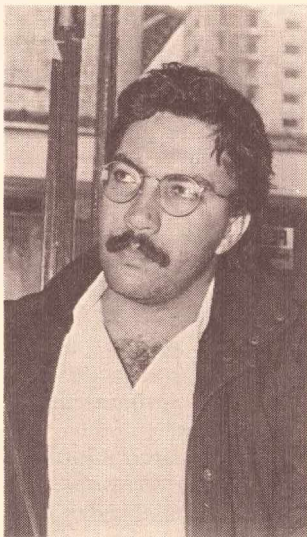
Deda garante em Aracaju

O deputado estadual e advogado Marcelo Deda, 28 anos, encabeça a chapa do PT nas eleições de Aracaju. O presidente do Sindicato dos Químicos, Edmilson Araújo, é o candidato a vice. A convenção municipal decidiu não fazer coligação.

Deda foi o deputado estadual mais votado em Sergipe. Em 1985, candidatou-se a prefeito em Aracaju, ficando em 2.º lugar.

A companheira Neilza Barreto, secretária de organização do PT sergipano, informa que todas as pesquisas, inclusive as realizadas pelo próprio governo do Estado, colocam Deda na frente de todos os outros candidatos.

No interior, o Partido poderá lançar até 15 candidatos a prefeito. Mas Neilza



Marcelo Deda, Aracaju

diz que em pelo menos 4 cidades - especialmente em Propriá, onde o PT está em 2.º lugar nas pesquisas - o Partido disputa com chances de vencer ou obter uma boa votação.

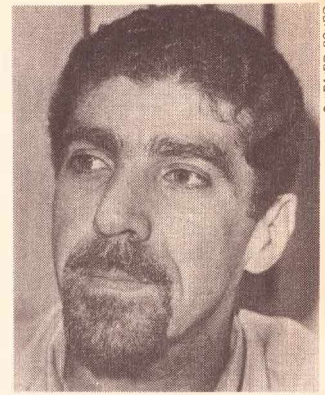
RIO DE JANEIRO

Cariocas negociam aliança

O ex-presidente do Sindicato dos Engenheiros do Rio, Jorge Bittar, foi escolhido candidato a prefeito da capital pelo PT.

O candidato a vice está condicionado às alianças que estão sendo negociadas, principalmente com o PV e o PC do B. Segundo Sérgio Murilo, 1.º Secretário do Diretório Regional, uma posição definitiva a respeito será tomada na próxima convenção municipal, marcada para início de agosto.

Engenheiro eletrônico formado pelo ITA (Instituto de Tecnologia da Aeronáutica), nosso candidato foi um dos protagonistas dos trabalhos das Comissões Temáticas da Constituinte, sustentando um importante debate com o ex-ministro Delfim Neto sobre a intervenção do Estado na Economia. Signatário da ata de fundação do PT em 1980, Bittar já fez parte da direção nacional, integrando atualmente a Executiva



Jorge Bittar, Rio de Janeiro

Regional do Rio.

Em todo o Estado, o PT já lança candidatos a prefeito em 41 municípios e cerca de 590 candidatos a vereador.

ESPIRITO SANTO

Com Vitor até a vitória

O médico e deputado federal Vitor Buaiz é o candidato a prefeito de Vitória. Buaiz obteve 28% dos votos nas eleições municipais de 1985, ficando em 2.º lugar, e foi o deputado federal do PT mais votado no Estado em 1986.

Um dos fundadores da CUT no Espírito Santo, Buaiz foi presidente do Sindicato dos Médicos do Estado entre 1979 e 1982. Ajudou a organizar o movimento ecológico no Espírito Santo, participando ativamente da luta contra a instalação de usinas nucleares em Aracruz.

Segundo o presidente do diretório regional, Perly Cipriano, ainda não foi escolhido o candidato a vice, que está condicionado à coligação que no momento se negocia com o PSB, PCB, PC do B, PV e PH (Partido Humanista). Esta coligação - que está sendo chamada Frente Vitória - já elaborou um manifesto e um protocolo de intenções, além de ter dividido o horário da televisão e fechado uma chapa única de vereadores.

Conforme pesquisa da revista *Enquete*, o PT é o que reúne mais intenções de



Vitor Buaiz, Vitória

voto (38,8%), seguido pelo PMDB (11%).

Vila Velha (cuja prefeitura já é do PT) e Serra são cidades do Interior com maiores chances de vitória do PT. O partido lançou 57 candidatos a prefeito nos 65 municípios capixabas. Haverá entre 750 e 1000 candidatos a vereador.

CEARÁ

O segundo na preferência

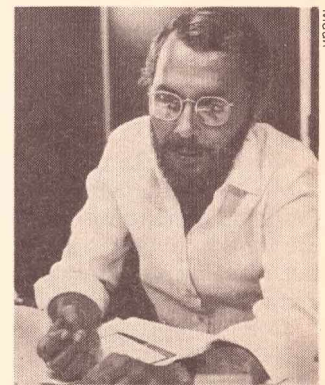
O PT de Fortaleza formou a Frente Progressista para disputar as eleições na cidade. Além do PT, a Frente é composta pelo PDT, PSB, PCB e PC do B. A chapa para a prefeitura é encabeçada pelo médico petista Mário Mamede. O candidato a vice está sendo negociado entre os partidos da Frente.

Mamede compôs a equipe administrativa da prefeitura de Fortaleza, com a vitória de Maria Luiza Fontenelle, exercendo durante 27 meses a função de diretor

do Instituto Dr. José Frota - maior rede hospitalar de emergência do Estado.

Segundo Juarez de Paula, membro do Diretório Regional, a prefeita Maria Luiza Fontenelle, que se desfilou recentemente do PT, não aceita participar da Frente e está querendo lançar seu candidato pelo PH.

Pesquisas locais mostram que o PT é o segundo partido na preferência dos eleitores. O diretório da capital espera eleger de 2 a 4 vereadores.



Mário Mamede, Fortaleza

Em todo o Estado, o Partido lançou candidatos a prefeito em 96 dos 170 municípios. Entre as cidades com maior chance de vitória destacam-se Quixadá, no centro do Estado, Milhã, no sul, e Icapuí, na região norte, onde o atual prefeito já é do PT.

Carlos Carvalho

Mauri

GOIÁS

Polarização na capital

O PT goiano lançou candidatos a prefeito em 183 municípios, dos 296 existentes no estado. São 2 mil candidatos a vereador (espera-se eleger até 250). O presidente do diretório regional, Athos Pereira, calcula que o Partido vencerá em 20 cidades, inclusive na capital.

Em Goiânia, o advogado e ex-reitor da Universidade Católica, Pedro Wilson Guimarães, encabeça a chapa petista e o companheiro Pinheiro Salles é o candidato a vice. A convenção municipal aprovou a aliança com o PDT e o PH.

Pedro Wilson foi, por 10 anos, assessor da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Goiânia. É o atual coordenador nacional do

Movimento de Defesa dos Direitos Humanos (MNDDH).

O diretório da capital acredita que poderá eleger de 5 a 8 vereadores. A disputa deverá ficar polarizada entre o PT e o PMDB e, segundo estimativas nos meios políticos da cidade, a diferença entre o primeiro e o segundo colocado não ultrapassará 5% dos votos.

No interior, a maior força do PT concentra-se na região do Bico do Papagaio, norte do Estado. Nesta região, porém, foi criado o Estado de Tocantins, que vai ficar com cerca de 80 municípios de Goiás. Ali, o Partido tem candidatos a prefeito em 35 municípios, onde se destacam: Buriti do Norte e Sampaio. Como o



Pedro Wilson, Goiânia

estado foi criado agora, haverá eleições gerais. O PT pretende disputar o pleito para governador, senadores, deputados estaduais e federais. (No próximo número, o BN publicará uma reportagem mais ampla sobre a campanha petista no Tocantins).

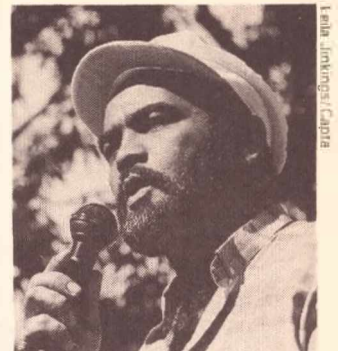
PARÁ

Base vem dos sem terra

O PT paraense já lançou candidatos a prefeito em 76 das 106 cidades do Estado, informa Valdir Ganzer, deputado estadual petista.

O vereador e agrônomo Humberto Cunha é o candidato a prefeito em Belém. A companheira Bernadete Menezes foi escolhida candidata a vice. A convenção municipal decidiu não fazer alianças.

Em todo o Estado, o Partido lançou cerca de mil candidatos a vereador, podendo eleger 100, diz Ganzer. Há pelo menos cinco cidades com chances de o PT eleger prefeito: em Gurupá, no baixo Amazonas (norte do Estado); em Juri-ti, na divisa com o Estado do Amazonas; Limoeiro de Ajuru e Oeiros do Pará,



Humberto Cunha, Belém

ambos na região do Tocantins, centro do Estado; e Nova Timbotena, na região Bragantina (norte do Estado).

A penetração eleitoral do PT no interior se deve à sua forte inserção no movimento sindical rural e no Movimento dos Sem Terra.

SÃO BERNARDO DO CAMPO

Prontos para a batalha



Rua do sindicato em São Bernardo do Campo, berço do PT

O leitor do *BN* deve estar curioso em saber como vai a campanha eleitoral em São Bernardo, o berço do PT. Lá, o Partido prepara-se para uma acirrada batalha.

O PT sempre foi bem votado em São Bernardo. Em 1982, nosso candidato a prefeito, Maurício Soares - que agora volta a se candidatar -, foi o mais votado, só não se elegendo por causa da soma das sublegendas do PMDB. Na Câmara, o Partido conta hoje com uma bancada de 6 vereadores.

Segundo pesquisa da empresa campineira Soma, encomendada pelo Diretório

Regional de São Paulo e feita com todo o rigor estatístico, o PT é, nas próximas eleições, o partido da preferência do eleitorado, com 32% das intenções de voto, seguido pelo PMDB - nosso principal adversário -, com 14% das intenções, e pelo PTB (5,6%). "A campanha da gente começou no ano passado, com a formação de grupos para elaborar o programa de governo", diz Luís Carlos Berbel, da coordenação do Comitê Eleitoral. "Esses grupos fizeram um esboço da plataforma que serviu para a discussão nos núcleos. Em seguida, organizamos um se-

minário, que contou com a participação de petistas de outras cidades (Diadema e Santo André, especialmente)".

Dessas discussões e estudos surgiu um programa mais amplo, que foi votado nas plenárias que escolheram os candidatos a prefeito (Maurício Soares) e vice (Djalma Bom). Escolhidos os majoritários, fizemos uma outra plenária que escolheu 50 candidatos a vereador.

"Em fins de dezembro passado, realizamos uma reunião em Barueri (próximo a São Bernardo) para discutir as alianças possi-

veis: decidimos, então, descartar coligações, dada a situação política da cidade", acrescentou Luís Carlos. O dirigente petista nos explicou como o Comitê Eleitoral está programando a campanha:

Entre março e junho, foram feitas um total de 200 reuniões nos bairros de São Bernardo, com a presença de Maurício e Djalma. "Terminada essa primeira etapa, reunimos o Diretório Municipal e os candidatos em Capão Redondo para discutir a conjuntura nacional e analisar detalhadamente a pesquisa da empresa Soma: então estabelece-

mos um novo cronograma".

De julho a agosto, a campanha vai sair dos bairros e ganhará uma dimensão mais visual, com a colocação de cartazes e pichações em áreas estratégicas da cidade (que já começou). Também serão feitos minicomícios e panfletagens nas fábricas. Entre setembro e outubro a campanha deverá estar a todo vapor, com a realização de grandes comícios, propaganda na televisão e agitações em toda a cidade (para isso o Comitê Eleitoral dispõe de um ônibus com aparelho de som).

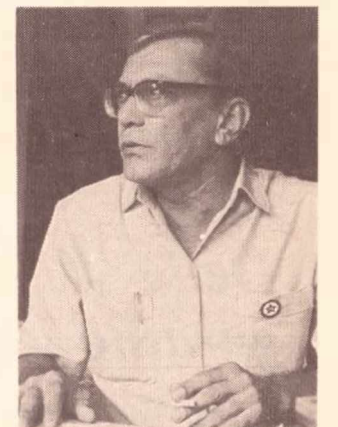
RONDÔNIA

PT nos 23 municípios

O PT de Rondônia lançou candidatos a prefeito em todos os 23 municípios do Estado. O diretório estadual prevê a eleição de 3 a 4 prefeitos.

A convenção municipal de 29 de maio escolheu o contador Odair Cordeiro candidato a prefeito em Porto Velho. Segundo Nairo Oliveira, do Diretório Municipal de Porto Velho, o candidato a vice será escolhido até fins de julho.

Odair Cordeiro é o filiado n.º 3 de Porto Velho e fundador do movimento de luta contra a carestia, em 1981. Foi candidato a senador em 1982.



Odair Cordeiro, Porto Velho

Campanha

Lula inicia viagem pelo Brasil

A partir de agosto, nosso candidato a presidente percorre vários Estados, apoiando as campanhas municipais, dando força à organização do PT e participando das lutas populares

A partir de agosto próximo, Lula começa a percorrer o Brasil de Norte a Sul, cumprindo até o final de outubro um roteiro de viagens cujo objetivo é ajudar as campanhas municipais do PT, dando-lhes um caráter de disputa contra a transição conservadora, expressa na "Nova República" e no governo Sarney. Como candidato a presidente da República, Lula levará à população o debate dos grandes temas nacionais, apresentando nosso Programa Alternativo de Governo e nossas respostas imediatas para a crise do país.

Além de servir à articulação dos problemas locais com os grandes temas nacionais, tornando a campanha presidencial um fato real, que se ampliará ainda mais após as eleições de novembro deste ano, as viagens do Lula ajudarão a mobilizar a militância petista para sair na frente em defesa das aspirações e reivindicações da população. Nesse sentido, é fundamental que os diretórios dos Estados cobertos pela agenda

comecem desde já a preparar a convocação de plenárias de militantes, de forma a permitir que representantes dos municípios debatam com o companheiro Lula suas campanhas locais. Do mesmo modo, é preciso começar a acertar contatos com entidades e partidos envolvidos com a luta popular. Finalmente, em cada cidade é importante que os comitês eleitorais programem contatos do Lula com autoridades, parlamentares e personalidades locais.

Este primeiro roteiro de viagens, que ainda é preliminar e sujeito a revisões, servirá como teste para a definição do Projeto Viagem ao Brasil, previsto para 1989 e cobrindo uma área mais extensa de visitas. Aprovado pelo Comitê Nacional da Campanha Presidencial e pela Comissão Executiva Nacional, em sua reunião de 9 e 10 de julho últimos, é este o roteiro preliminar de viagens do Lula, que compatibiliza seus deslocamentos com a atuação parlamentar no Congresso:

Agosto		Setembro		Outubro	
Estado	Dias	Estado	Dias	Estado	Dias
• Pará	5, 6 e 7	• Maranhão/Goiás	2, 3 e 4	• Espírito Santo	1.º e 2
• Acre	12	• Minas Gerais	7	• Minas Gerais	7, 8 e 9
• Rondônia	13 e 14	• São Paulo	8, 9, 10 e 11	• Rio de Janeiro	14 e 15
• São Paulo	19, 20 e 21	• Ceará	16 e 17	• São Paulo	16
		• Sergipe	18	• Rio Grande do Sul	21, 22 e 23
		• Paraíba	23	• Santa Catarina	27 e 28
		• Pernambuco	24 e 25	• Paraná	29 e 30
		• Bahia	30		

Cumprida esta primeira etapa, a Coordenação e o Comitê farão uma avaliação dos resultados, após o que divulgarão o roteiro das

próximas viagens. E a viagem ao Exterior, prevista para o ano que vem, será desdobrada em três ou quatro fases, entre janeiro e ju-

nho de 1989. Uma equipe especial está planejando a ida ao Exterior em conjunto com a Secretaria de Relações Internacionais do PT.



Comitê da campanha presidencial reunido

Roberto Parizotti

As reclamações da burguesia

As reuniões que o Lula, como candidato a presidente da República, tem realizado e continuará a realizar com pequenos empresários estão desagradando a grande burguesia. Prova disso é o artigo intitulado "O PT da Fiesp", publicado na edição de 30 de junho da Folha de S. Paulo. Nele, um dos diretores-adjuntos da entidade empresarial, Geraldo Santo Mauro, afirma que este "namoro" insólito veio na hora errada e se dedica a desancar os chamados empresários petistas.

"Se no seio das entidades

mais poderosas, organizadas e representativas do empresariado industrial - a Fiesp/Ciesp - surge um movimento de inspiração esquerdista", diz ele, "temos bons motivos para ficar preocupados". Têm mesmo, pois, embora o PT sempre tenha deixado muito claro suas propostas socialistas, os pequenos empresários estão descobrindo a coerência política do Partido dos Trabalhadores, estão descobrindo coisas que o PT sempre disse abertamente, mas não era ouvido.

Em todos os encontros, conversas, diálogos, debates que o Lula e outros dirigentes petistas têm mantido com empresários, sempre ficou claro que o PT é anticapitalista e atribui ao capitalismo a responsabilidade pelos grandes problemas econômicos, políticos e sociais de que a sociedade brasileira padece. Além disso, o Lula sempre reiterou a necessidade de um novo tipo de sociedade, democrática, socialista. E que, na construção desta sociedade, há um processo de luta

social e política no qual pequenos empresários e petistas podem caminhar juntos: na luta contra o grande capital, contra o Estado que protege os monopólios e o capital estrangeiro, na luta pela democratização da sociedade e na contribuição para o desenvolvimento das forças produtivas numa nova sociedade.

O que preocupa, portanto, empresários como o articulista da Fiesp é o fato de o PT, mesmo sem abandonar sua independência de classe e sua opção socialista, estar tendo ressonância e recebendo a

adesão de setores da empresariado, dispostos a combater a hegemonia da grande burguesia.

Assim que o PT colocar em debate seu Programa Alternativo de Governo - que a candidatura Lula expressará durante a campanha -, essas adesões tenderão a aumentar, ficando evidente para um setor cada vez mais amplo da sociedade que só o Partido dos Trabalhadores tem condições de propor uma saída democrática e popular para a crise que assola o país.

PSDB

Um partido em busca de seu povo

Nascido da cisão do PMDB, o novo partido tenta resgatar a imagem do antigo MDB de oposição. Mas a conjuntura é outra e agora há novas opções. Apesar de tudo, o quadro partidário ficou mais nítido.

Perseu Abramo*

O rearranjo do quadro partidário brasileiro era mais do que provável, dados os múltiplos e variados fatos políticos dos últimos anos. Um dos resultados desse rearranjo é o surgimento do PSDB, fruto da cisão no PMDB.

O novo partido já nasce com 37 deputados federais, 8 senadores, um número grande de deputados estaduais, e alguns incontestáveis nomes nacionais, como Covas, Cardoso, Montoro e Richa. Sua comissão nacional provisória reúne políticos experientes de São Paulo, Minas, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Ceará e outros Estados. Para os estatutos, os fundadores do PSDB querem inscrever dispositivos de democracia interna (prévias para escolha de candidatos, participação de não-parlamentares nas direções, uma única reeleição para dirigentes etc.). No programa partidário, ainda em elaboração, fala-se em justiça social, distribuição de renda, reforma agrária e parlamentarismo.

Os principais líderes do PSDB admitem que o partido venha a conter correntes ideológicas diferenciadas, como liberais, sociais-democratas, democrata-cristãos e socialistas-democráticos. Para as eleições municipais deste ano, o PSDB - embora conte com prováveis bons candidatos em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte e se disponha a fazer coligações e alianças em outras cidades - poderá ter dois grandes inimigos: a máquina do PMDB e as dificuldades em montar uma organização partidária nacional a alguns meses do dia da votação. Mas o que o PSDB almeja é a Presidência da República em 89.

Não se trata, como se vê, de uma sigla artificial, nem de um partido de pouco peso político e eleitoral. O nasci-

mento do PSDB, ao fazer desmoronar um dos flancos do PMDB, objetivamente enfraqueceu o esquema de sustentação parlamentar do Governo Sarney, o que, sem dúvida, é um serviço prestado à democracia, neste momento. Mas, por si só, não garante o combate à "Nova República" e à transição conservadora, nem sequer aos governadores estaduais que dão apoio político ao Governo Sarney. Em São Paulo, por exemplo, o PSDB autoqualificou-se de "oposição circunstancial" a Quêrcia. Ora, oposição é fruto de uma postura ideológica, de um programa partidário, de um projeto político. Não pode depender das circunstâncias, das conveniências, dos interesses de momento...

Recuperar o passado

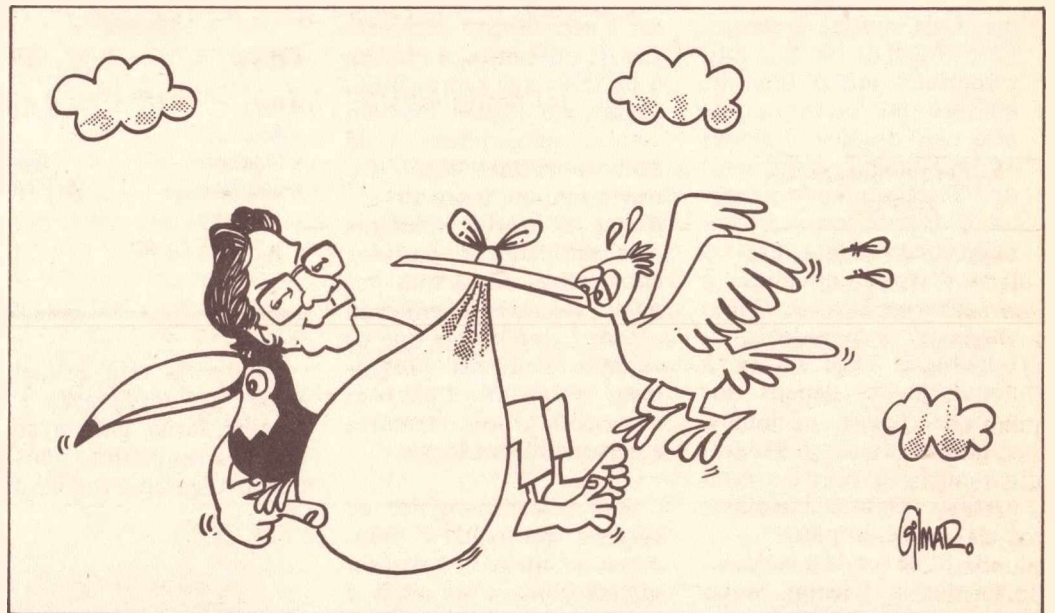
Assim, se, na conjuntura, o PSDB pode ser um peso a mais no prato da balança que pende para a democracia, que papel pretende reservar-se no processo histórico de conservação ou de mudança do capitalismo brasileiro?

A resposta a essa questão passa pelas respostas a várias outras perguntas.

Qual é a base social do novo partido? Em outras palavras, que setores da população tenderão a tomá-lo como referência? Certamente setores da classe média urbana, alguns setores populares, grupos da intelectualidade de esquerda, acadêmica ou não, vastos setores da burguesia burocrática estatal e privada, e parcelas significativas da burguesia econômica propriamente dita.

Mas essa é a base social que apenas potencialmente poderá ser a do PSDB, não a que já o é hoje. Ser ou não, vai depender em parte do novo partido. Mas, em parte, de outros partidos que disputam as mesmas bases.

Até que ponto o novo partido é de fato um partido novo? O PSDB nasce exatamente para recuperar o passado, isto é, aquilo que o velho MDB foi num período



muito curto de sua vida - praticamente de 74 a 78 ou pouco mais - em circunstâncias particularíssimas, que não tornarão a repetir-se.

Nessa época, havia, de fato, uma contradição básica entre a sociedade civil e a sociedade política, e, no estrito quadro do bipartidarismo vigente, o MDB polarizou, durante esses fugazes anos, o pólo da oposição democrática à ditadura militar. No entanto, o velho MDB, já então preso às suas contradições internas insanáveis, não foi capaz de levar avante as espetaculares vitórias eleitorais de 74 e 78. Como PMDB, conseguiu aumentar essa força em 82 e 86, em parte pelo prestígio inercial de sua imagem. Mas, ao mesmo tempo, deslocou-se rapidamente para o centro e para a direita, descambou para o clientelismo e o fisiologismo, e, assim, perdeu consideráveis parcelas de suas bases partidária e social.

Hoje, a conjuntura é completamente diferente, as alternativas e opções políticas e partidárias são outras. A luta de classes, liberta das contradições secundárias que a acobertavam, desponta com força. Até uma radical - mas improvável - definição do PSDB pela social-democracia

chega atrasada, isto é, chega quando já se colocam, embora embrionariamente, condições objetivas e subjetivas para uma alternativa socialista para o Brasil. Assim, o "novo" transforma-se, na verdade, no velho revivido.

Quadro mais nítido

O surgimento do PSDB traz, todavia, um ingrediente de maior nitidez para o quadro partidário brasileiro.

O PSB tende a empurrar mais para a esquerda o PT, o PC do B e setores do PCB, como forças políticas que progressivamente se vão comprometendo com um projeto de transformação socialista para o Brasil.

Delimita no centro e no centro-direita praticamente todo o PMDB, ainda como o grande partido burguês e conservador, garantia do desenvolvimento capitalista moderno e sem peias.

E desloca para a direita o PFL, o PDS e o PTB, guardiões avançados contra o socialismo ou mesmo contra meras reformas de superfície.

E, finalmente, o PSDB passa a liderar uma quarta posição no quadro partidário, a de um centro-esquerda

ligeiramente reformista e social-democrata, pronto a defender o capitalismo, mas que, para isso, exigirá mudanças políticas e sociais. Nesse campo, o PSDB compartilhará o espaço com PDT, PSB, setores do PCB e do PMDB, e partidos menores, como PV, PH e outros. Assim, no embate político, e, em muitos casos, eleitoral, se o grande inimigo do PSDB é o PMDB, por sua vez, o PSDB pode tornar-se um considerável rival do PDT. Mas, no terreno ideológico e estratégico, o pólo contrário ao PSDB é o PT.

Por último - mas não sem alguma importância - porque a sigla PSDB? Será que, mesmo involuntária ou inconscientemente, seus criadores tentaram fazer uma confusão com "PMDB" e, assim, arrastar setores do antigo eleitorado na boca da urna? Ou será que, com as letras SD procuraram fascinar a intelectualidade jovem e bem intencionada, porém, tímida, e, ao mesmo tempo, disputar com Brizola as simpatias - e suas decorrências - dos Governos e partidos da velha social-democracia européia?

Mistérios, que só o tempo se encarregará de desvendar.

* 2.º Secretário da CEN

Economia

Brasil é líder na concentração da renda

Simpósio nos EUA debate a distribuição de renda e aponta a dívida externa como o maior responsável pelo agravamento da desigualdade. Situação brasileira é a pior do mundo

Eduardo Matarazzo Suplicy*

Organizada pela Universidade do Tennessee e pelo *Journal of Post Keynesian Economics* realizou-se em Gatlinburg, Tennessee, EUA, de 26 de junho a 3 de julho passados, um simpósio internacional sobre a distribuição de renda, com a presença de 70 economistas de diversos países do mundo. Dos 36 trabalhos apresentados, 3 foram brasileiros: Paul Singer, que falou sobre a democracia e a inflação à luz da experiência brasileira, Fernando de Carvalho, que expôs como a distribuição de renda se portou durante o Plano Cruzado e o autor deste artigo, que expôs sobre a distribuição de renda e os direitos à cidadania no Brasil.

Amor e prostituição

O grupo de economistas convidados pelo editor do *Journal of Post Keynesian Economics*, Paul Davidson, são, na sua maioria, críticos do pensamento neoclássico e seguidores mais próximos dos caminhos abertos por John Maynard Keynes, Piero Sraffa, Michael Kalecki, Joan Robinson e, alguns, por Karl Marx. Questionador do pensamento econômico majoritário nos meios acadêmicos norte-americanos, Paul Davidson inicia assim o livro "Economics for a civilized society", que, com Greg Davidson, está lançando este ano:

"Qual é a diferença entre o amor e a prostituição? Se a questão fosse colocada para aqueles cuja filosofia econômica tem dado forma

à política norte-americana nos anos 80, a resposta seria que a prostituição é uma mercadoria com valor (as pessoas estão dispostas a pagar pela prostituição), enquanto o amor seria de nenhum valor". Paul Davidson, que esteve no Brasil em 87, acredita que a única maneira civilizada de se resolver os problemas decorrentes da extraordinária dívida externa dos países do Terceiro Mundo seria o reconhecimento, por parte dos países credores, de que há uma impossibilidade matemática e econômica de pagamento, senão com sacrifícios pesadíssimos para a economia mundial. Tal como aconteceu com a Alemanha, após as duas gran-

des guerras, quando acabou-se por reconhecer que ela não teria como pagar aos vencedores e pela necessidade de se criar o Plano Marshall - com a transferência de recursos dos EUA para aquele país -, também agora seria necessário uma significativa transferência de recursos dos países ricos para os países pobres, na direção inversa ao que vem ocorrendo.

Dívida externa

Durante o simpósio, o economista húngaro Sandor Nagy demonstrou como a armadilha da dívida externa representou um problema sério para a resolução dos problemas de distribui-

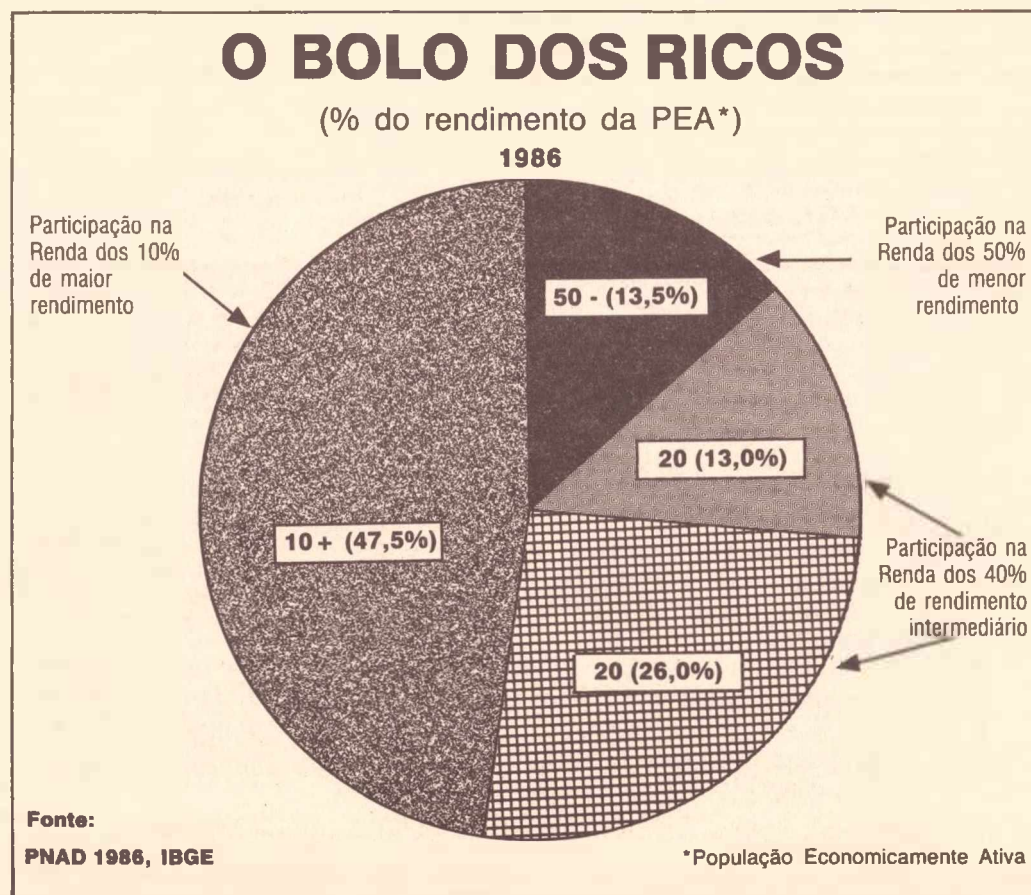
ção de renda, inclusive para os países de economia socialista: "A maior parte dos países devedores está hoje permanentemente presa a uma situação em que estão dependentes não apenas de um influxo permanente de recursos externos, mas de um volume crescente de financiamento externo. Assim, as necessidades de fazer frente ao serviço da dívida limitam a soberania destes países no que diz respeito à política econômica e reduzem as suas possibilidades de crescimento".

Paul Singer procurou demonstrar que o avanço da democracia nos países capitalistas tem sido caracterizada pela inflação como uma tendência quase per-

manente, principalmente porque a maioria dos conflitos distributivos tem sido resolvida na esfera pública. Tem se reservado ao Estado o papel de maior redistribuidor de renda e, no caso dos países menos desenvolvidos, o de maior acumulador de capital e empregador. Depois de examinar o que aconteceu no Brasil durante o Plano Cruzado, Singer concluiu que, numa economia caracterizada pela correção monetária, a luta contra a inflação requer não uma macrorregulação autoritária, altamente centralizada e, portanto, ignorante de como suas políticas influenciam individualmente as indústrias e os consumidores, mas uma negociação democraticamente discutida de uma microrregulação dos preços estratégicos.

Singer ponderou que "uma nova forma de regulação precisa ser inventada, onde os interesses sejam representados por seu poder de compra e de voto, reservando-se ao Estado o papel de apontar os reais limites do que pode ser alocado. Uma vez instituída a macrorregulação, a democratização da microrregulação se torna possível, pois o funcionamento da primeira educa as pessoas, possibilitando que participem com conhecimento da última".

Os dados sobre a distribuição da renda no Brasil continuam a impressionar os economistas dos demais países, pois não há outro onde as desigualdades sejam tão intensas. A participação na renda nacional dos 10% mais ricos é a mais alta do mundo (47,5%), enquanto que os 50% mais



► pobres da população economicamente ativa (PEA) possuem apenas 13,5% da renda, conforme registrado pelo IBGE em 1986.

EUA e Brasil

Durante o simpósio, o economista Peter Gottschalk, do Colégio de Boston, mostrou que durante a década de 80, particularmente na administração Ronald Reagan, houve um crescimento da desigualdade e da pobreza nos EUA, depois de um longo período em que haviam diminuído. "A renda média familiar, ajustada para levar em conta a inflação, cresceu cerca de 40% entre 1949 e 1959, e cerca de 40% entre 1959 e 1969. A pobreza, medida oficialmente, decresceu 10 pontos percentuais e a participação de 40% das famílias mais pobres cresceu de 0,6% durante cada década. De fato, entre 1949 e 1969, as mudanças ano a ano foram 16 vezes positivas, duas vezes sem mudança, e negativa apenas uma. Já no período que começa em 1969, especialmente a partir de 1974, há um contraste marcante: a renda média familiar em 85 ficou aproximadamente no mesmo nível de 69, e a participação dos 40% mais pobres foi a mais baixa do pós-guerra. Desde 1969, houve 8 anos com mudanças positivas na média, dois anos sem mudança e 6 com mudanças negativas".

Mas se a participação na renda dos 40% mais pobres nos EUA, depois de ter evoluído de 16,4%, em 1949, para 18,0%, em 1969, baixou para 15,5% em 1985, no Brasil ela também vem baixando para níveis absurdamente menores, atingindo 9,4% em 79 e apenas 8,7% em 85. Se a participação na renda é tão baixa para os segmentos mais pobres, também extremamente frágil são os seus direitos à cidadania. Justamente o trabalho apresentado pelo autor dessas linhas no simpósio procurou ilustrar a maneira sofisticada como poderosos grupos econômicos influenciavam as decisões do que fazer com os recursos públicos, em contrapartida à voz limitada que têm os segmentos mais pobres.

Congelamento

Meta é acabar com a URP

Claudio Cerri
e Sergio Sister *

O governo está tentando novamente levar os empresários e os trabalhadores a aceitarem o congelamento de preços e salários. A intenção é fazer um novo choque econômico em fins de agosto ou setembro, com vistas, é claro, às eleições de novembro.

As autoridades não querem fazer campanha política com uma inflação que em rápidas largadas ultrapassa a faixa dos 20%. Notem pelo noticiário dos jornais como, desta vez, a bola está sendo passada para os empresários. Brasília quer que eles assumam a iniciativa de convencimento dos trabalhadores e, em troca, teriam a oportunidade de ajustar seus preços antes do congelamento, sem a aplicação de qualquer fator de conversão após o choque. Para os assalariados, porém, nada é garantido senão o fim da correção dos salários pelas URP's.

O que é importante observar, contudo, é que com ou sem choque econômico, o nível da atividade econômica deve crescer neste segundo semes-

Com o olho grudado nas eleições, o governo quer congelar de novo preços e salários; o nível da atividade econômica deve crescer no segundo semestre, abrindo espaço à luta por melhores salários.

tre, abrindo espaço, de um lado, para a alta de preços mas, de outro, para a melhora do emprego e dos salários. Ou seja: deve melhorar o nível de barganha dos trabalhadores, principalmente para os mais organizados.

O nível da atividade econômica deve crescer no segundo semestre por influência de três fatores básicos: a) aumento das exportações de produtos industrializados, o que no mínimo garante o emprego atual; b) aumento das exportações e dos preços de algumas importantes mercadorias agrícolas como milho, soja e açúcar, melhorando a renda e ampliando o consumo no interior; c) pequena atuação do governo contra os gastos públicos em decorrência da proximidade das eleições. Fora, é claro, o fator sazonal: cerca de 40% das vendas do comércio e da indústria se concentram no fim do ano, o que leva, quase que naturalmente, a uma am-

pliação dos negócios no segundo semestre. Nada indica que neste ano as coisas serão diferentes.

Isso significa que há chances de crescer o número de empregos, a massa salarial e, dependendo da ação dos sindicatos, do próprio padrão médio dos salários. Resultado: aumento do consumo. A atuação sindical é particularmente importante para evitar que esses pequenos ganhos sejam logo revertidos ao capital através da inflação.

Inflação em alta

Realmente, se a demanda aumenta, os preços disparam. Há muitos setores da economia que não estão reajustando seus preços pela inflação média. Como os compradores estão retraídos, indústrias e lojas de vários segmentos remarcam os preços abaixo do IPC, reduzindo suas margens de lucro.

Eles, porém, estão esperando que o consumo vol-

te a crescer para recuperar aquilo que deixaram de ganhar. E há ainda uma outra complicação nesse sentido: em razão do fantástico crescimento das exportações, algumas matérias-primas importantes já estão em falta. As empresas, então, passam a estocar, alimentando o circuito especulativo e os preços.

Choque radicaliza

Se o governo fizer de fato o choque econômico, as chances de aumento de emprego e demanda se potencializam. Com um fator adicional: pode cair o saldo dos depósitos em poupança, com transferência de recursos para o consumo. Quem, porém, ganha com isso são os proprietários de bens reais como imóveis, carros e mercadorias em geral, que costumam ser valorizados quando os índices de inflação e os juros nominais estão mais baixos.

É nesse momento que os trabalhadores devem concentrar sua atenção e a sua organização, já que, depois de dois ou três meses de congelamento, deve-se seguir uma nova escalada da inflação.

* Jornalistas de Economia

Instituto Cajamar

O último lançamento do setor de publicações do Instituto Cajamar é um *Caderno de Debates sobre a Relação Partido-Sindicato*.

A publicação contém a síntese dos debates travados em dois seminários realizados pelo Instituto Cajamar, com a participação de dirigentes nacionais e estaduais da CUT e do PT - entre eles Lula, Jair Meneguelli, Avelino

Ganzer e José Dirceu.

O *Caderno de Debates* encontra-se à venda na sede nacional do PT e na sede estadual do PT-São Paulo.

Ele também pode ser solicitado e adquirido pelo correio, Instituto Cajamar, Via Anhanguera, Km 46,5 - CEP 07750 - Jordânia/SP, a/c de Geraldo Santana, ao custo de Cz\$ 300,00 cada exemplar.

novidades!

Movimentos

Um congresso decisivo



Diante de uma conjuntura difícil, a CUT realiza seu 3.º Congresso Nacional, em Belo Horizonte, de 7 a 11 de setembro. Aqui, alguns pontos polêmicos das principais teses em debate.

Valter Pomar*

O 3.º Congresso da CUT (Concut) discutirá 4 pontos de pauta: conjuntura nacional e balanço político e organizativo da CUT; concepção e prática sindical; estrutura sindical e estatutos; plano de ação; eleição da Direção Nacional e Executiva da CUT.

A secretaria sindical nacional do PT está realizando um grande esforço para centralizar nossa intervenção no 3.º Concut. Mas as diferenças e divergências existentes dentro do Partido já são públicas: diversas das 17 teses apresentadas expressam a opinião de correntes internas do PT.

A tese apoiada pela maioria da direção nacional da CUT — afinada com as posições defendidas no interior do partido pela Articulação — entende que o central neste momento é fazer com que a CUT “deixe de ser apenas referência de massas, transformando-se em representante de toda a classe”. Nesse sentido, defende a adoção de uma “campanha nacional unificada de lutas”; uma concepção e prática sindical expressa na palavra de ordem da “CUT classista, de massas, democrática e pela base”; e a adoção de uma “estrutura e de estatutos baseados na representatividade real”.

Várias dessas opiniões são combatidas em diversos dos

outros textos. Por exemplo, a tese “Construir a CUT pela base” entende que a proposta da Articulação “desarma a CUT para enfrentar a difícil conjuntura que atravessamos e contradiz a concepção que deu origem à Central”.

Greve Geral

As divergências se manifestam também no terreno da análise da conjuntura, onde os que assinam esta tese avaliam que os “trabalhadores têm um relativo atraso na correlação de forças”. Contraditoriamente, propõem a passagem do “estágio atual de acúmulo de forças para a ofensiva” visando “criar as condições para uma crise de ingovernabilidade, jogando o regime num impasse e abrindo as condições para uma intervenção política do movimento operário e popular para apoiar transformações desde a política econômica até o ordenamento geral da sociedade”.

Já a tese intitulada “Democracia e Luta” toma a greve geral como centro da tática da CUT, criticando qualquer mudança no atual estatuto. A tese defende ainda a não-assinatura da Constituição. Segundo eles, quem assinar estará demonstrando a “concordância com a exploração capitalista sobre os trabalhadores” — argumento que, aliás, poderia ser utilizado contra a assinatura de um simples contrato de trabalho...

Essa rápida apreciação das principais teses, todas defendidas por petistas, indica que (mantido o processo atual) haverá pelo menos duas grandes polêmicas no Congresso: uma em torno da assinatura ou não da constituição, e outra em torno da mudança dos estatutos.

Várias das teses apresentadas contradizem posições do Partido. Isto acontece na questão da tática de acúmulo de forças. E se repete na questão da não-assinatura da Constituição, de forma particularmente grave. Afinal, a decisão da Executiva Nacional do PT é de que esta discussão é prematura. Mesmo assim, diversos companheiros vêm a público desde já defender a não-assinatura.

O Congresso, que reunirá milhares de lideranças sindicais de todo o Brasil, é um momento privilegiado para discutir como superar a situação enfrentada pelo movimento sindical, no campo e na cidade. Nesse sentido o 3.º Concut deve superar toda e qualquer tentativa de empurrá-lo para discussões internistas, alheias às necessidades e aspirações das grandes massas trabalhadoras.

Garantir que isto ocorra é a principal tarefa dos petistas neste 3.º Concut.

* Membro da Sec. de Formação Política do DR/SP

Informes

Funcionários públicos

Mesmo com a proibição de sindicalização, os trabalhadores do serviço público vêm construindo sua organização sindical, adotando diferentes formas — por nível de contratação, por local de trabalho e por setor de atividade. Essa organização permitiu um alto grau de mobilização desses trabalhadores e garantiu a aprovação na Constituinte do direito à sindicalização.

Nos dias 23 e 24 de julho essas experiências, combinadas com os princípios da CUT, estarão em discussão no Encontro que está sendo convocado pela Secretaria de Política Sindical da CUT, onde estarão em pauta três propostas:

Organização sindical por setor de atividade — que toma como base as experiências já desenvolvidas e a proximidade decorrente do mesmo tipo de atividade que facilita a aglutinação das atuais associações por órgãos ou entidades, permitindo a integração com o setor privado; entendem que os setores de atividade é que concretizam o ramo, permitindo que além da ação e negociação sindical a CUT formule políticas concretas para esses setores.

Organização sindical por nível de contratação — essa forma de organização garante uma abrangência maior, permitindo que a CUT estabeleça uma política para o conjunto dos servidores públicos e não apenas para os setores mais organizados e mobilizados (como é o caso da organização por setor de atividade); a constituição de sindicatos de funcionários públicos municipais, estaduais e federais é favorável à conquista do Contrato Coletivo de Trabalho, pois permite a unificação da negociação.

Organização como um processo de formas diferentes e combinadas — essa terceira proposta sustenta que a CUT deveria impulsionar imediatamente a constituição dos sindicatos, sem a determinação de uma única forma orgânica, mas coordenando e integrando os diferentes sindicatos através do Departamento Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público da CUT, garantindo assim o desenvolvimento do processo de organização e uma prática sindical unitária e organizada nacionalmente.

CUT-Bahia

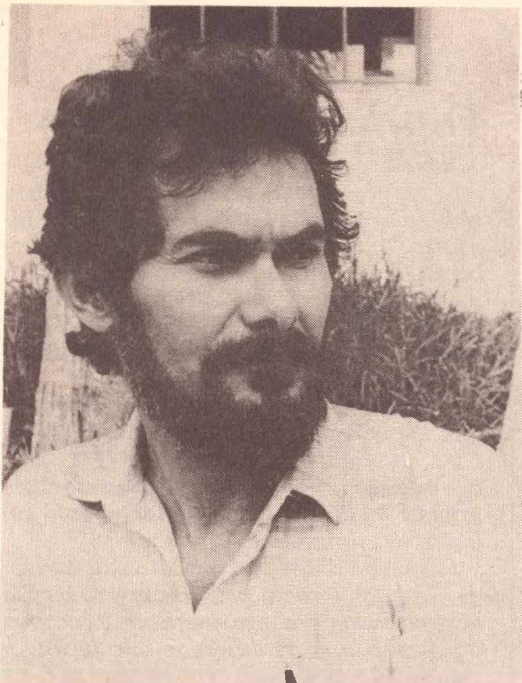
O Congresso da CUT estadual da Bahia, realizado nos dias 8, 9 e 10 de julho, elegeu o companheiro Pery Tadeu Falcon para a presidência da entidade no Estado. Pery é filiado ao PT. O Congresso contou com a participação de 649 delegados.

Apresentaram-se 5 chapas na eleição. A chapa encabeçada por Pery defendia a tese n.º 10 para o próximo Congresso Nacional da CUT (“Pela CUT classista, de massa, democrática, de luta e pela base”), que foi aprovada com algumas emendas.

Ceará

No último dia 8 de julho, a CUT conquistou mais um importante sindicato no Nordeste. A chapa 1, encabeçada pelo companheiro José Nelson de Souza, venceu as eleições do Sindicato dos Bancários do Ceará, derrotando a atual diretoria, composta majoritariamente por militantes do PCB e PC do B.

Esse sindicato é um dos mais fortes do Nordeste, com 18 mil bancários na base. A posse é no próximo dia 28 de agosto.

Roberto Parzotti
Rural

Hamilton Pereira, secretário nacional agrário.

Com o objetivo de reunir subsídios para a elaboração do Programa Agrário do Partido dos Trabalhadores, realizou-se nos dias 30 de junho e 1.º de julho, no Instituto Cajamar, o Encontro de Secretarias Agrárias e Parlamentares do PT com atuação no campo. Participaram 45 companheiros entre secretários agrários regionais, parlamentares, assessores, convidados de entidades ligadas aos problemas rurais e o secretário-geral nacional, José Dirceu.

Hamilton Pereira da Silva, secretário agrário nacional, abriu a reunião fazendo um breve relato sobre as lutas no campo, ressaltando o pouco interesse dos partidos políticos de esquerda tradicionais em relação aos trabalhadores rurais, assim como o desconhecimento dos primeiros sobre a realidade fundiária e sua relação com o poder político. Apesar de o PT assumir uma postura diferente diante desse problema, é preciso um enorme esforço coletivo para que o partido possa romper com essa herança e contribuir para romper com o isolamento imposto às lutas no campo.

A Secretaria Agrária Nacional, segundo Hamilton, cabe promover a inserção do PT no campo e exercer um papel dirigente nas lutas. Em primeiro lugar, é preciso romper com a idéia equivocada de que a Secretaria teria sido criada simplesmente para dar "apoio" ao movimento. Em seguida, concentrar-se na implantação de um trabalho enraizado na massa, que multiplique os militan-

tes e forme lideranças capacitadas.

Foi esse o quadro geral que norteou todo o Encontro. Além de fazer um balanço geral e definir melhor as funções da Secretaria Agrária, o Encontro elaborou um elenco de propostas e tarefas específicas para os próximos meses, com o objetivo de armar o partido diante dos desafios impostos pela conjuntura nacional, a curto, médio e longo prazos.

Balanço

Foram identificados os principais problemas que estão dificultando um melhor desempenho do PT no campo, dos quais se destacam:

- * ausência de um estudo sistemático que permita a elaboração de um programa agrário para o PT;
- * a não compreensão do papel da Secretaria Agrária dentro do partido, assim como a falta de discussão política, tendo em vista as diversas forças que atuam no campo;
- * uma visão estreita que, por falta de uma estratégia mais bem elaborada, acaba colocando os trabalhadores rurais em segundo plano;
- * a falta de uma definição mais clara sobre a relação do PT com os movimentos sociais e o seu papel dirigente e unificador desses movimentos.

Nas eleições municipais desse ano haverá uma participação significativa de lideranças rurais que disputarão cargos majoritários e proporcionais. Nesse caso foram destacadas as seguintes preocupações: a) inchaço do partido, uma vez que

Para romper o isolamento do campo

O encontro das secretarias agrárias debate a estratégia de implantação no setor e a participação nas eleições municipais

Paulo de Tarso Venceslau *

muitos pelegos estão procurando o PT como alternativa para se eleger; b) o eleitoralismo parlamentar que prejudica a atuação do partido nas áreas popular e sindical; c) falta de clareza e definição sobre a relação partido-mandato parlamentar, já que, com certeza, muitos vereadores serão eleitos.

Diretrizes e propostas

Após o levantamento das principais dificuldades apontadas, o Encontro caminhou para a elaboração de propostas e diretrizes concretas para que o partido possa superar, na prática, os problemas que, hoje, impedem um melhor de-

sempenho institucional e no movimento sindical.

A Secretaria Agrária Nacional assumiu a tarefa de centralizar um estudo sobre a realidade agrária e agrícola brasileira, que servirá de subsídio para a elaboração de um programa agrário do PT. Para isso, deverá elaborar uma metodologia, criar uma comissão coordenadora, articular pesquisadores e entidades afins, assim como encaminhar o debate da revista *Terra e Poder* nos Estados, regiões e municípios. E, tendo julho do próximo ano como data indicativa, promover um Encontro Nacional com a participação de todos os secretários agrários, dirigentes do partido e delegados,

que deverá ser precedido de encontros regionais.

Um dos objetivos desse trabalho será a produção de subsídios que ajudem a pensar a estrutura sindical mais adequada para o campo, assim como a relação da Secretaria Agrária Nacional com o Departamento Rural da CUT.

Por outro lado, as secretarias agrárias deverão implantar coletivos que possam promover discussões políticas e ao mesmo tempo planejar atividades em cada Estado. É importante que os secretários agrários façam parte das respectivas executivas regionais e sejam liberados para essas tarefas.

*Membro do DM/SP

Militante do PT é assassinado

O agricultor Ivair Higino de Almeida, candidato a vereador pelo PT em Xapuri (Acre), foi assassinado no último dia 16 de junho, quando estava saindo de casa. Dois pistoleiros dispararam oito tiros sobre ele (dois de espingarda e seis de revólver).

Ivair tinha 25 anos, era casado e pai de um filho. Associado ao sindicato rural da cidade, ele era um pequeno produtor e não tinha um envolvimento direto com os conflitos de terra que ocorrem ali. Mas sua atuação política estava causando irritação entre os fazendeiros da região, principalmente depois que participou, com os serin-

gueiros, de uma ocupação da sede do IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), em Xapuri, no dia 26 de maio passado.

O acampamento tinha por objetivo forçar o IBDF a tomar uma posição sobre a expulsão de seringueiros, organizada pelos grandes proprietários de terra. Na ocasião, um grupo armado atacou os seringueiros e feriu dois deles.

Os seringueiros de Xapuri, liderados pelo presidente do sindicato rural, Francisco Mendes - que está ameaçado de morte -, vem se mobilizando para impedir o desmatamento

da floresta Amazônica no Acre. A derrubada, que leva à expulsão dos seringueiros, é ilegal, mas os desmatadores são apoiados pelo IBDF do Estado e pela Polícia Militar.

O modelo predatório de ocupação da Amazônia, através da implantação de grandes projetos agropecuários, fez com que o Conselho Nacional dos Seringueiros e a União das Nações Indígenas propusessem a criação de áreas de reservas extrativistas. Para tal, reivindica-se a desapropriação de grandes extensões de seringais e a concessão de uso por 30 anos, para a exploração coletiva.

Ecologia

A vida como bandeira de luta

A questão ecológica ganhou notável relevância nos últimos anos, devido ao acelerado processo de degradação ambiental em curso, fruto do modelo econômico predatório implantado no Brasil.

No PT, as eventuais respostas para os problemas ambientais vinham ocorrendo de forma fragmentada e desarticulada, sem encontrar expressão orgânica no interior do partido. Desde o 5.º Encontro Nacional, porém, abriu-se um importante espaço para a discussão e articulação do ecologismo, com a criação da Subsecretaria Nacional de Ecologia.

No início de 1988, os ecologistas petistas, até então dispersos e marginais às estruturas do partido, começaram um processo de discussão através da Secretaria de Movimentos Populares, que contou com a participação de companheiros de Estados do Sul e Sudeste. Dessas reuniões nasceu a idéia de organizar o 1.º Seminário Nacional de Ecologistas do PT, que ocorreu nos dias 7, 8 e 9 de julho no Instituto Cajamar. Esse seminário visou preparar a 1.ª Reunião Nacional dos Ecologistas do PT, que se realizará nos próximos dias 12, 13 e 14 de agosto, também no Instituto Cajamar, e que deverá ser o marco histórico inicial do trabalho ecológico no interior do partido.

Na abertura do seminário, constatou-se que predominava no partido uma visão de que ecologia é uma preocupação para países europeus e que no Brasil o essencial seria a priorização da luta política por melhores salários, jornada de trabalho, direito de greve e outros, calcada numa concepção economicista da luta pelo socialismo.

O crescimento e politização do movimento ecológico têm proporcionado uma mudança qualitativa nessa visão, expressa nas palavras do secretário nacional de movimentos populares do partido, Eurides Mescoloto: "não há nada mais anticapitalista que a luta pela vida".

Base teórica

O centro da discussão ecológica situa-se na crítica da relação homem-

Os ecologistas petistas, antes dispersos e à margem do partido, ganham importante espaço para discussão de suas propostas e preparam a 1.ª Reunião Nacional



Roberto Parizotti

Poluição é uma das questões ecológicas centrais.

natureza. Dessa relação, fundamental para a existência da espécie humana, surgem os problemas que hoje ameaçam o conjunto da vida no planeta. A forma de apropriação e destinação dos recursos naturais compõe o vértice da questão ecológica.

Com o advento da Revolução Industrial no século passado e o desenvolvimento do modo de produção capitalista, acentuaram-se violentamente os problemas ecológicos. A exploração em larga escala dos recursos naturais finitos (petróleo, minerais, florestas etc.), o desperdício, a adoção de

processos produtivos irracionais e o consumismo são as marcas desse sistema econômico.

Apoiando-se na superexploração da força de trabalho e na divisão internacional do trabalho, o capitalismo vem exportando para o Terceiro Mundo as indústrias mais poluidoras, simultaneamente à extração descontrolada de nossos recursos naturais. A legislação ambiental mais branda, a mão-de-obra barata e a desarticulação dos movimentos sociais facilitam as coisas para o capital transnacional.

A estratégia da burguesia consiste em manter nos países desenvolvidos apenas as indústrias de alta tecnologia e de enriquecimento de matérias-primas, mandando para o Terceiro Mundo o lixo e a poluição rejeitados em seus países de origem, principalmente por causa da existência de fortes movimentos ecológicos.

Aqui, soma-se sobre as costas da classe trabalhadora, além da exploração econômica, o ônus de arcar com as péssimas condições de vida e trabalho resultantes da destruição do meio ambiente. São exemplos

dessa constatação: a poluição nos locais de trabalho e moradia, esgotos a céu aberto e lixões nas periferias dos centros urbanos, contaminação e morte de trabalhadores rurais por agrotóxicos, contaminação generalizada do ar, água, solo e alimentos.

Ecosocialismo

Cabe a todos os petistas, indistintamente, construir uma proposta ambiental na perspectiva da classe trabalhadora, o que chamamos de *ecosocialismo*.

A formulação de um projeto histórico *ecosocialista* torna-se mais urgente, à medida que o capitalismo não só desenvolve formas paliativas e reformistas, no sentido de solucionar os problemas ambientais, como também estabelece, ao nível ideológico, um discurso que tenta fazer crer que é possível se chegar a uma sociedade ecologicamente sustentável dentro de seus próprios marcos.

O movimento ecológico é, por essência, multifacetado ideologicamente. Nele estão presentes desde as concepções mais radicais, que passam pela negação do "progresso da civilização", até a concepção que denominamos *ecosocialista*. De maneira mais objetiva, podemos situar quatro correntes principais no movimento ecológico: os fundamentalistas, os realistas, os ecosocialistas e os ecosocialistas.

É muito forte a presença de uma aversão à organização do movimento ecológico em níveis políticos mais gerais, refletindo um temor de se instaurar no movimento um excesso de burocratização das instâncias e da prática política. É marcante, sobretudo, uma rejeição ao trabalho com partidos políticos. Coloca-se como fundamental para a intervenção e inserção do PT no movimento ecológico o estabelecimento de uma prática que assegure não só a autonomia do movimento, mas que preserve suas características específicas.

A defesa do ambiente

Essa é a plataforma de lutas defendida pelos candidatos que compuseram a Lista Verde nas eleições de 86 (50% dos candidatos indicados eram petistas).

É sobre estas bandeiras que os ecologistas do PT estão iniciando a discussão da plataforma do partido para o meio ambiente:

1. *Tecnologias apropriadas não-poluentes, com fontes renováveis de energia. Contra o uso da*

energia nuclear para fins bélicos e de geração de energia.

2. *Fim das monoculturas. Por uma reforma agrária ecológica que respeite as terras indígenas e as reservas ecológicas. Contra os agrotóxicos.*

3. *Fim do serviço militar obrigatório. Reconversão da indústria armamentista para fins pacíficos e sociais.*

4. *Defesa da Amazônia, Mata Atlântica e outros ecossistemas. Fim da pri-*

vatização das praias e do patrimônio natural.

5. *Fim à pesca e à caça predatórias.*

6. *Despoluição dos locais de trabalho.*

7. *Plebiscito para as obras e projetos de grande impacto ambiental.*

8. *Ar água, solo e alimentos sem contaminação. Pela educação ambiental.*

9. *Reconhecimento das nações indígenas como culturas autônomas com territórios próprios.*

Comissão Nacional dos Ecologistas



Roberto Parizotti

Como politizar a agressividade da juventude?

Jackson de Toni*

Descobrir novos espaços para nossa ação política junto à juventude significa também redimensionar e concretizar espaços ainda inexplorados pela atuação partidária em frentes de intervenção mais ou menos consolidadas, como é o caso do movimento estudantil (ME). E se há hoje possibilidades imediatas de afirmação dessa política junto a este setor, esse primeiro campo exploratório é, sem dúvida, o movimento estudantil. Por várias razões que vão desde a composição etária até a proeminência da luta ideológica e cultural sobre a mera intervenção sindical, o ME tem ainda um enorme campo de luta junto ao que podemos chamar de "projeto para a juventude".

Resgate histórico

Na enxurrada de ensaios,

estudos e publicações sobre os "20 anos de 68", que correu no PT também, pode-se ver claramente que uma das linhas condutoras das explosões estudantis daquela época tinha raiz numa concepção de ME e de estruturação das entidades estudantis que não se limitavam à intervenção puramente universitária, confinada nos muros da escola. E os caminhos que se trilham nos anos 60 não apontavam somente para a mobilização de camadas cada vez mais amplas da população na luta contra a ditadura, mas também no plano dos conflitos pessoais e individuais da juventude que, por força daquela conjuntura específica, puderam se constituir em base para novas "coletividades". Ou nas palavras de José Dirceu, presidente da UEE em 1968: "Também há uma continuidade de 68 no processo de construção do PT: primeiro, no resgate da

idéia de revolução; segundo na idéia da ação política direta. Essas idéias são hoje próprias do PT. Permanecem também os valores da revolução cultural e dos costumes. É só ver isso no campo da música popular, do teatro, na questão sexual". ("Jornal do PT" n.º 1). Esse resgate da articulação entre a luta política coletiva e a luta política no plano da individualidade é básico para entender e realizar um projeto de juventude para o movimento estudantil de 1988, em outra conjuntura, com outros dilemas e desafios.

Ação cultural

Na imensa maioria dos militantes do partido que atuam no ME pesa ainda a concepção que vê na intervenção cultural a "isca" mais apropriada para "pescar" a juventude. Ou melhor, aqueles setores que, apesar de prontamente dispostos à luta nos momentos

de ascenso do ME, não têm mais "saco" para participar regularmente do feijão-com-arroz cotidiano das entidades.

É preciso entender, a partir das experiências práticas, que antes de instrumentalizar a juventude, domando sua rebeldia, o necessário é exatamente o oposto: deixar caminho aberto para a expressão libertária e explosiva dos jovens, que buscam na expressão cultural a "sua" expressão política contra tudo que está constituído (e instituído) a serviço da padronização, da uniformização "global", das camisas-de-força impostas pelas relações sociais capitalistas a tudo e a todos que, pela sua vontade e desejo de criação independente, ameaçam sua estabilidade.

Os fóruns do movimento estudantil têm revelado um esvaziamento progressivo, na medida em que (entre outros problemas) têm se dedicado estritamente ao debate de questões de ordem política. Esse tipo de prática tem sido inclusive uma das causas da crise em que vive o ME, crise principalmente de representação política da massa estudantil, que vê em suas entidades nada mais que uma constelação abstrata de siglas.

O conteúdo revolucionário das lutas da Juventude se desenvolve tanto no plano cultural, como ação política contra os micropoderes pré estabelecidos, como também nos grandes embates contra os aumentos dos carnês escolares como vimos em março/abril deste ano.

Saber o momento preciso de articulação desses níveis, do desenvolvimento combinado da expressão individual com a ação coletiva da juventude, é nosso principal

desafio. A rejeição dos partidos, em geral de todas instituições, inclusive as entidades estudantis, é sintoma de um tipo de resposta social de quem se sente aliado do processo que interfere nas decisões e deliberações de nossas entidades.

Novas expectativas

Chamar a juventude para o movimento estudantil não é, contudo, a única saída. É preciso que do próprio ME surjam espaços livres para sua manifestação. É neste sentido que experiências valiosas precisam ser reeditadas no campo da ação cultural que, quando independente e livre, traduz toda rebeldia política e politizada.

Com a vitória do setor combativo do movimento estudantil da UNE em 1987, novas expectativas se abriram para o renascimento do ME dentro das universidades. A reestruturação da UNE implica diretamente a revisão de toda uma concepção política predominante até então no movimento. No sentido de reeditar experiências passadas a partir do perfil do estudantado dos anos 80 que, entre outros traços, tem a marca enbutida de 20 anos de regime militar, de "Reforma MEC-USAID" da ditadura, a UNE está organizando um primeiro Encontro da Juventude chamado Quarup (ritual indígena de reunião das tribos vizinhas e amigas) para o final deste ano. Será a primeira experiência nacional para o resgate de novos espaços para a juventude, certamente um marco para milhares de jovens estudantes ou não, secundaristas, camponeses, trabalhadores que dele irão participar.

*Executiva da UNE

Juventude

Descobrendo novos espaços

Dirigente da UNE analisa o quadro atual do movimento estudantil e diz como a diretoria da entidade está batalhando para superar suas dificuldades.

Depoimento

A paixão de uma utopia

Enquanto o seminário "Brasil Século XXI", promovido pela Unicamp, decretava o "fim das utopias" (ver reportagem na página 17), os escritores Daniel Aarão Reis Filho e Pedro de Moraes preparavam-se para lançar em São Paulo um livro sobre a rebelião juvenil de 1968, sustentando justamente a tese contrária: as utopias, "no bom sentido", estão mais vivas do que nunca.

O livro, intitulado "1968, a paixão de uma utopia", é um depoimento sobre a participação dos autores nos movimentos políticos e culturais que

marcaram a década de 60. Daniel tem hoje 42 anos e Pedro, 46 anos. Mas não se consideram "ex-combatentes".

"Existe uma linha de continuidade entre 68 e hoje", diz Daniel Aarão. "Quando o Cazuza canta 'Quero uma ideologia para viver' (letra de Daniel Cantanova), ele expressa esta carência. Tenho uma filha de 15 anos. Ela vive isso: o que fazer com este país, esta sociedade? A crítica à cumplicidade, muito forte em 68, não foi superada pela repressão, pela ditadura. As pessoas estão em busca de uma utopia, no bom sentido — isto é, querendo

transcender a realidade cotidiana para algo melhor neste mundo".

Daniel Aarão — que hoje é professor de História Moderna na Universidade Federal Fluminense —, destaca uma característica que considera essencial na chamada geração 68: "a indignação moral era a marca daquela época. Muito além de teses e discursos, havia uma ética. A figura do Che Guevara encarnava isso. Marx tem uma frase que diz: 'tudo que é humano não me é indiferente'. Nós praticamos este lema".

1968, A paixão de uma utopia de Daniel Aarão Reis Filho e Pedro de Moraes Editora Espaço e Tempo

Internacional

Paz mundial

A luta pelo desarmamento

“O Partido dos Trabalhadores entende que segurança global tem hoje significado múltiplo, não somente militar, mas também econômico, social, ambiental e cultural. Cada um destes aspectos constitui uma luta: luta pelo desenvolvimento econômico e pela justiça social, luta pela preservação do meio ambiente, luta pela eliminação dos preconceitos. No entanto, para que as lutas necessárias possam se realizar há que processar o mundo da destruição nuclear, travando a grande luta pelo desarmamento.” Foi assim que o presidente nacional do PT, Olívio Dutra, iniciou seu discurso no Encontro Internacional para a criação de zonas livres de armas nucleares, realizado em Berlim (RDA), entre os dias 20 e 22 de junho.

Promovido pelo Partido Socialista Unificado da Alemanha (PSUA), o encontro, que discutiu iniciativas políticas mundiais para a desnuclearização de zonas cada vez mais amplas, contou com a presença de 1.200 participantes entre representantes de partidos, sindicatos, instituições governamentais, personalidades da área científica, cultural, política e artística.

Além de Olívio Dutra, fizeram parte da delegação do PT os companheiros Luis Eduardo Greenhalgh (secretário de relações internacionais) e Luis Carlos de Menezes (físico).

Do Brasil, estiveram presentes os parlamentares Edime Tavares, Bociúva Cunha (PDT), Plínio Martins (PMDB), João Menezes (PFL) e Dirceu Carneiro (PMDB), representando a Câmara dos Deputados, e o diplomata Alfredo Leone, indi-

cado pelo governo brasileiro como observador. Participaram também o físico Luis Pinguelli Rosa e os membros da direção nacional do PCB, Sergio Morais e Almir Neves.

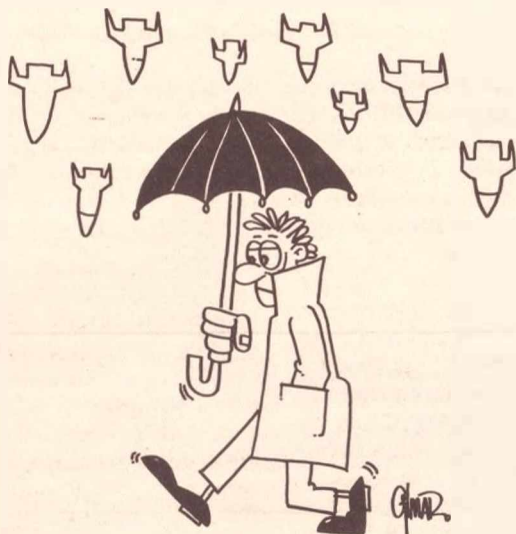
Distribuídos em nove comissões de estudos, foram discutidos os seguintes temas: passos possíveis para o mundo livre de armas nucleares; zonas de confiança e de cooperação; conflitos regionais e controle das crises; desarmamento convencional; questões sobre as garantias, o controle e a verificação das zonas livres de armas nucleares e o problema da não proliferação de armas nucleares; segurança européia; zonas livres de armas nucleares na América Latina e no Pacífico Sul; iniciativas em favor da desnuclearização e da paz na Ásia e na África; desnuclearização, desarmamento e eliminação do subdesenvolvimento e a construção de uma segurança social.

A delegação do PT integrou a comissão de trabalho do tema “Zonas livres de armas nucleares na América Latina e Pacífico Sul”. Sobre o tema, ponto alto da intervenção do companheiro Olívio Dutra, foram levantados parâmetros na questão da

desnuclearização na América Latina e no Terceiro Mundo, como ele ressaltou em seu discurso:

“Particularmente na América Latina existe uma triste tradição militarista, sob influência das doutrinas de segurança nacional, segundo a qual a sociedade civil é inimiga e o avanço armamentista, inclusive o nuclear, é considerado sinônimo de desenvolvimento social. É parte desta tradição a sistemática perturbação por militares do trabalho de construção democrática em nossos países. Isto é algo que deve ser considerado ao discutir o desarmamento”.

Para concluir, Olívio ressaltou que “a consolidação da democracia na América Latina é fundamental para eliminar as aventuras militaristas, nucleares ou não e, em consequência, é fundamental para a consolidação da paz. Há, contudo, outros pontos que são fatores da instabilidade na América Latina e em geral, em todo o Terceiro Mundo que devem ser tratados junto com o desarmamento para propiciar a paz: a asfixia econômica pela dívida externa e a política imperialista de intervenção”.



História

Os 60 anos de Che Guevara

Clara Charf*



Organizado por uma ampla Comissão Nacional de Homenagens ao Che e com a participação de 18 países do Continente Latino-americano, além da Austrália, Vietnã e URSS, o Seminário Científico Internacional do Pensamento Revolucionário do Comandante Che Guevara debateu, entre os dias 8 e 11 de junho passados na “Casa Suíça”, em Buenos Aires, os mais diversos aspectos da vida da figura heroica de Che Guevara e de seu exemplo moral na luta.

Cientistas políticos, escritores, religiosos e dirigentes partidários discutiram a crise no Continente Latino-Americano e suas alternativas a partir dos temas centrais do pensamento do Che, o humanismo socialista, a economia política de transição e os fatores subjetivos - consciência e organização - nas lutas populares.

Várias intervenções apresentaram os novos problemas e desafios para a esquerda latino-americana hoje. Por exemplo, o papel do Estado, as democracias limitadas, a questão dos direitos humanos, os movimentos sociais e políticos que enfrentam hoje novas formas de repressão e degradação moral e o problema da unidade das forças de esquerda.

O Seminário teve momentos emocionantes, como a presença do filho de Che Guevara - Camilo, hoje advogado em Cuba - e algumas intervenções no encerramento, como a das Mães da Praça de Maio na voz de Hebe de Bonafini, que disse, entre outras coisas, “que a tortura, o terror e a morte na Argentina fizeram-me compreender que milhares de jovens de nosso país se entregam à luta, desinteressadamente, como o fez Che Guevara”.

Foram impressionantes as denúncias sobre a situação na Colômbia, e comoventes os pedidos de solidariedade aos povos do Chile, do Paraguai

e El Salvador. Despertaram interesse as intervenções como a do Professor Octavio Ianni, declarando “que a ‘unidade da esquerda’ não é abstrata, que é um problema de hegemonia”, quer dizer a capacidade de propor uma saída para a crise “ao conjunto da sociedade” e questionou a separação entre cientistas sociais e políticos, assinalando que os dirigentes revolucionários - Lenin, Gramsci e Che - foram as duas coisas ao mesmo tempo.

O delegado vietnamita lembrou a figura do Che como participante do primeiro comitê de solidariedade ao Vietnã, organizado em Cuba e seu profundo sentimento de dor pelo sofrimento do povo vietnamita, propondo por isso a necessidade da criação de um, dois ou três Vietnãs para enfraquecer a força do ataque norte-americano.

Cheddi Jagan, ex-ministro da Guiana, lembrou a ajuda desinteressada oferecida pelo Che, quando a Guiana conquistou sua independência.

A participação do PT despertou um grande interesse pelo que ele representa hoje no cenário das lutas do nosso povo, por sua experiência e postura revolucionária no trabalho do dia-a-dia.

A opinião de que as idéias do Che não podem ser repetidas como letra morta e devem ser incorporadas às novas experiências e realidades do continente, em forma popular, tiveram grande receptividade no Seminário. E coube ao PT ser escolhido para a leitura da Declaração Final no ato de encerramento público do Seminário.

* Membro da Secretaria de Relações Internacionais

Formação Política

Dois anos de Instituto Cajamar

Apesar de sua curta existência, o Inca é hoje um dos principais centros nacionais de educação política da classe operária. Este texto expõe as linhas mestras que orientam suas atividades.

Wladimir Pomar*

Aquilo que parecia um elefante branco, pesado demais para mover-se e cumprir o papel que lhe destinaram, está completando dois anos de atividades, com uma razoável folha de serviços. O Instituto Cajamar, em que pese suas deficiências e o longo caminho que ainda precisa percorrer, é hoje uma das principais referências nacionais no campo da formação e da reflexão teórica a serviço da classe trabalhadora.

Evidentemente, não é a única instituição desse tipo no Brasil, nem pretende ser. Antes dela já existiam diversos centros e escolas de formação para trabalhadores, alguns com atividade bastante intensa. E, após sua fundação, continuaram a proliferar iniciativas, grandes e pequenas, em virtude das novas exigências colocadas pela luta de classes ante as lideranças sindicais e populares, nas quais o conhecimento teórico joga um papel destacado.

O que há de novo na existência do Instituto Cajamar (Inca) e nas iniciativas posteriores é que estas surgem, em grande medida, mirando-se na experiência de Cajamar ou, ao contrário, com o nítido propósito de contrapor-se à metodologia lá aplicada.

Duplo rompimento

Isso não ocorre gratuitamente. O Inca é, muito provavelmente, a iniciativa que melhor exprime o processo de duplo rompimento que marca o ressurgimento da atividade de formação política dos trabalhadores. Por um lado, através da ruptura com uma concepção preconceituosa contra a teoria e contra os intelectuais, em



O Instituto fica no km 46,5 da rodovia Anhanguera.

que predominava a idéia de que a prática e o ativismo tudo resolveriam. A fundação mesmo do Instituto, como esforço conjugado de um grande número de dirigentes sindicais - dentre os 100 sócios do Inca, mais de 60 são sindicalistas - é exemplo significativo desse rompimento.

Por outro lado, Cajamar representa também um profundo rompimento com um tipo de formação na qual a teoria é tratada como um conjunto de regras aplicáveis a qualquer situação e cuja transmissão tem por objetivo básico levar os quadros e militantes a assimilá-las, para poder enquadrar a realidade na formação teórica mais adequada.

Inversão

A proposta do Inca faz uma completa inversão em relação a esse tipo de formação. Ela não despreza os conhecimentos pré-existentes e que são resulta-

do de um prolongado processo humano de conhecimento. Mas a utilização que faz desses conhecimentos consiste em aproveitá-los como instrumento de análise da realidade presente, como ferramentas de conhecimento da prática social vivida hoje.

Porém, não pára aí. O conhecimento da prática atual, adquirido com o auxílio da teoria anteriormente existente, deve permitir a elaboração de novas formulações teóricas que sirvam de instrumentos de transformação da prática social existente. Desse modo, a teoria que serve como guia para a ação transformadora não é, portanto, a teoria pré-existente, mas a teoria elaborada a partir do conhecimento da realidade concreta, do movimento real no qual nos situamos. Por sua vez, é a dinâmica dessa realidade concreta que deve comprovar se a teoria elaborada corresponde a seu processo histórico, se responde às exigências do

movimento de milhões de homens na produção e na luta de classes.

Guia da ação

Assim, quando dizemos no PT que nossa teoria de construção socialista no Brasil deve corresponder ao desenvolvimento econômico, social, político e cultural da sociedade brasileira e não de outra sociedade qualquer, estamos aproveitando a teoria socialista, desenvolvida a partir da luta operária em todo o mundo e a partir das experiências de construção socialista em diversos países, naquilo que ela tem de universal, para descobrir na prática social das grandes massas do povo brasileiro as condições e o rumo de nosso próprio caminho para o socialismo.

Essa metodologia, na qual a prática social concreta, analisada com o auxílio do instrumental teórico existente, além de base para a elaboração das teorias

destinadas a transformá-la, é o teste de comprovação dessas teorias, é predominantemente no Instituto Cajamar. Por isso, no Cajamar não há o temor de colocar em confronto as diversas teorias existentes, passadas e presentes, simplesmente porque se considera que a luta das grandes massas pela transformação social será o grande teste de sua justeza ou não.

Teoria e prática

Por isso, também, embora consciente de que há divergências profundas entre as políticas praticadas nas diferentes escolas de formação, e que o centro dessas divergências teóricas situa-se na relação entre a teoria e a prática, o Instituto Cajamar vê como positiva a existência desses diferentes centros e dessas diferentes propostas.

O embate claro e franco entre várias escolas de pensamento no campo da formação política vai contribuir, certamente, para deslindar aquela relação entre a teoria e a prática, relação que está presente nas mais diferentes áreas do conhecimento e da ação humana. O primeiro passo está sendo dado ao se tomar consciência dessas contradições e divergências. Os passos seguintes dependerão, em grande medida, da abertura, da franqueza e da ausência de preconceitos no debate das opiniões divergentes. E, ao final, espera-se que a ação das grandes massas possa superar as pendências. Mesmo porque, como dizia um pensador, no começo e ao cabo era a ação e não o verbo.

* Secretário Nac. de Formação Política

Cartas

Falando do BN

Aqui selecionamos e resumimos algumas das respostas ao nosso apelo aos leitores (publicado no BN n.º 36) para que “bem ou mal falassem conosco do Boletim Nacional”.

“...A leitura do BN não deixa bem informado o leitor sobre o Partido. É preciso publicar o número de filiados nos Estados e no país, o número de diretórios, número de vereadores, prefeitos etc. e uma escala mostrando o crescimento do Partido desde a fundação. Também é necessário falar sobre os motivos de tantas expulsões e desligamentos de militantes. Acredito que são informações úteis para o pessoal entender melhor a ideologia do Partido...”

Cícero Leandro da Costa
Pirapozinho - SP

“...O BN me agrada muito, inclusive declaro que é minha principal fonte de subsídios para divulgar nossas idéias no meio onde convivo. Acho que o BN não deve mudar nada quanto ao conteúdo, forma e diagramação. Porém, minha principal crítica é quanto à divulgação: penso que quanto mais gente tiver acesso ao BN, mais rápido será o processo de aculturação.”

Sugestão: façam uma distribuição gratuita do BN em âmbito nacional (as despesas poderiam ser rateadas entre todos), tenho certeza de que o aumento de assinantes compensaria.”

Renato Escobar de Escobar
São Valentin - RS

“...Vocês pedem que falem do BN, “bem ou mal”. Acho que o BN ainda não é um jornal de massa, ele está mais voltado para a militância. O PT precisa de um jornal de massas. Mas muitas pessoas que ainda não têm uma formação política à altura estão sentindo dificul-

dade na leitura de certas matérias do BN. Se algumas matérias não deixam claro, por exemplo, de um ponto de vista comparativo com outras correntes, qual é a linha ideológica do Partido, outras não são claras na linguagem. Por exemplo, o texto da Secretaria Nacional da Juventude, do BN n.º 36, intitulado “Abaixo as Velhas Fórmulas” pode estar claro para mim, mas asseguro que não está claro para alguns jovens iniciantes... O texto cerca o assunto sem atingi-lo com linguagem objetiva. Para muitos jovens o texto é desestimulante pois pressupõe que o leitor conheça o movimento da juventude dos anos 60 para cá.”

Elri Bandeira
Pombal - PB

“...As matérias ou artigos deveriam tratar mais dos diretórios municipais, espalhados pelo Brasil afora.”

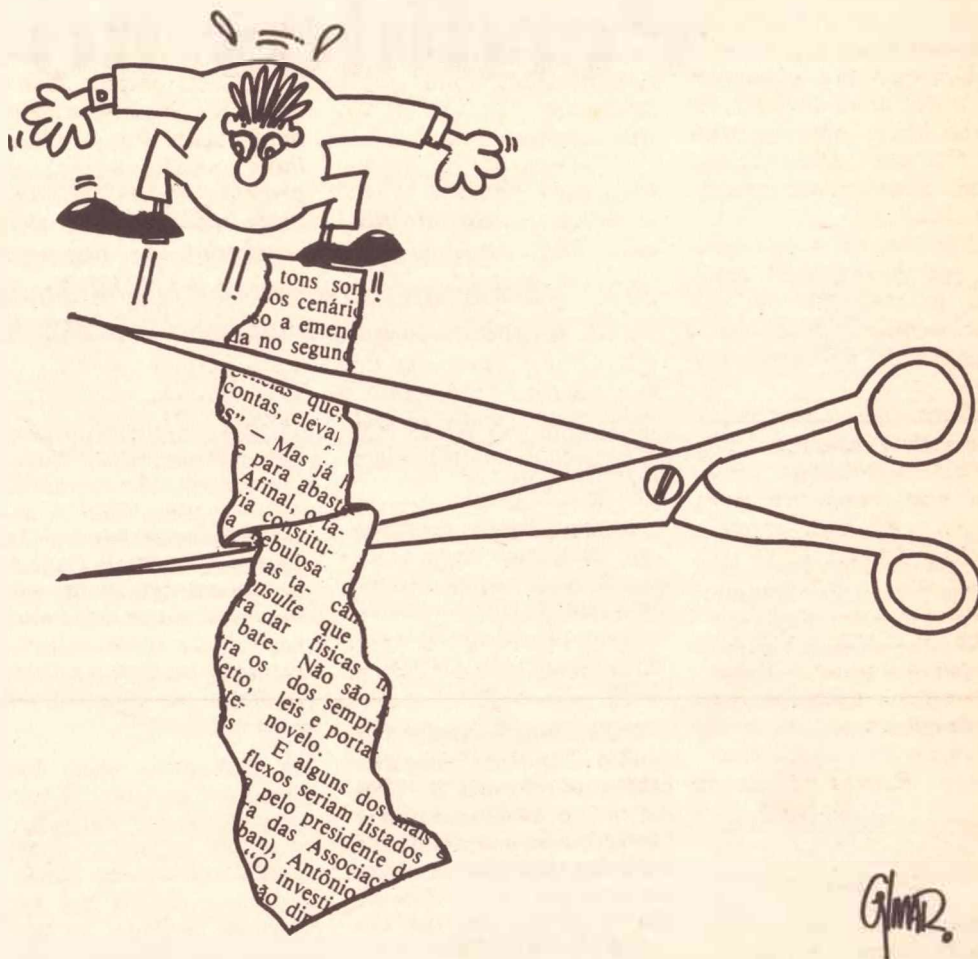
A linguagem para os petistas e sindicalistas em geral é perfeitamente compreensível, mas talvez não o seja para a maioria da população, isto é, para uma pessoa que não está acostumada ao politiquês e ao economês.

A diagramação está excelente, ou seja, facilita muito a leitura.

Quanto à informação, o BN é bastante satisfatório em relação ao conjunto do Partido, à sua direção nacional e algumas direções regionais, bem como à política geral vigente no Brasil. Entretanto, como já disse acima, deixa a desejar em relação aos municipais.”

João Batista da Silveira
Belo Horizonte - MG

Anotamos as sugestões, incorporamos as críticas e nos próximos números do BN vamos procurar uma sintonia mais fina com os leitores. Continuem colaborando e escrevendo.



Alerta em Papanduva



Papanduva,
Santa Catarina
- sessão da
Câmara
Municipal

Depois de quase três meses afastado de suas funções de vereador e de presidente da Câmara dos Vereadores de Papanduva, foi reintegrado ontem pelo Juiz da comarca de Itaiópolis, através de liminar. Com esta decisão judicial o vereador petista Alcides Malikoski dá uma volta por cima e comprova mais uma vez que as tramas preparadas conta ele, pelos vereadores do PMDB e PDS de Papanduva, não o venceram. Pri-

meiro foi a tentativa de derrubá-lo da presidência da casa. Depois apresentaram uma denúncia acusando-o de improbidade administrativa devido ao fato de ele ter promovido um concurso para contratação de funcionários na Câmara (ato legal e garantido).

Para nós do PT o fato não representa senão mais uma tentativa de intimidar os trabalhadores que estão organizando seu próprio partido.

Em repúdio a essas atitudes convidamos a população a se solidarizar com Alcides Malikoski e todos os trabalhadores participando das sessões da Câmara Municipal de Papanduva. Vamos cobrar de nossos representantes posições que venham a defender os interesses dos trabalhadores. A Câmara é do povo.

PT de Papanduva - SC

Desmotivado

Sou militante do PT desde sua implantação nesta cidade, sempre colaborando nos momentos precisos.

Confesso que, atualmente, observando as desnecessárias brigas internas (casos de Fortaleza, Diadema etc) ando desmotivado com o Partido.

Não cabe em minha cabeça que divergências internas, no meu entender, fúteis, venham a prejudicar a imagem do PT em todo o País.

Claro que não acredito que outros motivos "mais sérios" sejam responsáveis por esse estado de coisas (assim o PT seria igual aos outros). Mesmo assim continuo com o propósito de colaborar com o PT por achá-lo, ainda, a única alternativa e o único Partido a merecer a atenção do povo brasileiro.

Ramalho M. Costa
Mossoró - RN

BN responde:

Luta política com princípios fortalece o partido; divergências pessoais, sectarismo e intrigas, não. Nos casos de Diadema e Fortaleza, há dossiês extensos a que o companheiro pode ter acesso para se informar melhor. Discordamos de que as divergências tenham sido fúteis, mas concordamos com duas coisas: a imagem do PT pode ser afetada, mas ele continua a ser, como você reconhece, uma alternativa real para o povo.

Firigolo ameaçado

O deputado estadual do PT Neri Firigolo foi ameaçado de morte durante uma emboscada ocorrida na noite de 4 de junho, nas proximidades do Município de

Santa Luzia d'Oeste (RO). O fato ocorreu após uma reunião política realizada a cinco quilômetros da sede das Fazendas Reunidas. O parlamentar contou que estavam presentes aproximadamente 500 colonos que o auxiliaram a escapar de vários capangas armados.

O líder do PT na Assembleia disse acreditar que a tentativa frustrada de atentado contra ele tenha partido dos proprietários das Fazendas Reunidas "pois os matadores foram reconhecidos por algumas pessoas como sendo do latifúndio". Há um ano atrás Firigolo denunciou o despejo e o uso do agrotóxico tordon contra várias famílias de colonos que residiam nas Fazendas Reunidas, cujo sócio majoritário mora em Los Angeles, EUA.

O atentado contra Firigolo foi denunciado à tribuna pelo deputado Reditário Cassol, que pediu providências à presidência da Casa e que o assunto fosse levado ao conhecimento do Secretário de Segurança Pública e à Polícia Federal.

Violência em Muriaé

... Estamos frequentemente mobilizando a população para ir à Câmara Municipal para, com a ajuda de nosso vereador Alvaro Cerqueira, mostrar de que forma é tratado o dinheiro público e os interesses da população. Como resultado o nosso Partido tem crescido e a burguesia local, assustada com o nosso crescimento, usa os meios de comunicação e até a violência física para impedir o nosso avanço.

Na reunião da Câmara do dia 10/06/88, nosso vereador foi violentamente agredido e ferido pelos vereadores do PMDB Luiz Garcia do Amaral, Geraldo Lucas de Freitas e pelos capangas contratados pelo

presidente da Câmara, vereador Wanderley Torres, também do PMDB.

Naquela reunião o companheiro Alvaro Cerqueira denunciava, com documentos, irregularidades administrativas, desvios de verba, obras fantasmas da administração Paulo Carvalho e também defendia um projeto que garantia o direito de vale-transporte (meia passagem) aos estudantes. O que causou violenta reação da bancada do PMDB.

Muriaé vive o mais violento período político dos últimos anos. A violência destes políticos não é apenas uma forma bruta de tentar calar o PT, é também um ato de desespero do PMDB que se sente ameaçado com nosso crescimento e coerência. Neste sentido, entendemos que é muito importante uma ampla divulgação do que está acontecendo por aqui. Conta-

mos com a divulgação do Boletim Nacional.

Executiva Municipal do PT
Muriaé/MG

A luta continua

Recebi a carta de informe sobre a expiração de minha assinatura. Fico grata por vocês estarem me informando quanto a minha situação perante o partido. Sinto muito mesmo, eu não posso renovar minha assinatura pois estou desempregada há um tempo. Sou mulher, negra e assistente social, não consigo emprego em lugar nenhum, nem como auxiliar de escritório.

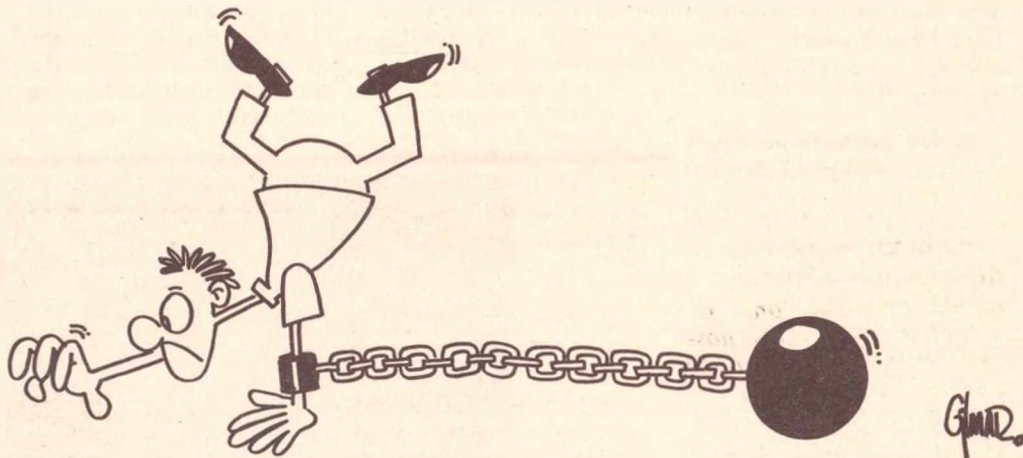
Até 1986 fui militante do PT. Fazia parte da diretoria do sindicato dos Assistentes Sociais. Mas como estou marginalizada não tenho

condições financeiras nem ânimo para continuar participando na militância. Não sei nem o que pensar, hoje não tenho condições de pagar os aumentos abusivos que Jânio está dando para a condução. (...)

Vivemos numa sociedade de interesses de classes, onde a maioria é desfavorecida. Quem tem um pouco de clareza é um comunista. Até quando? Será preciso sair do país para se realizar profissionalmente e ser valorizado?

E.V./São Paulo

BN responde: Companheira, estamos nesse mesmo barco furado. Mas não podemos deixar de lutar. O PT continua na luta e conta com você. Sua assinatura será renovada. Não queremos que desanime. Queremos que continue informada.



Boletim Nacional, revista Teoria & Debate e você, um trio bem informado.

Receba regularmente as duas publicações.

Basta fazer a sua assinatura, enviando este cupom juntamente com um cheque nominal ao Partido dos Trabalhadores - Av. 11 de Junho, 260, CEP 04041, São Paulo/SP

Ao Dep. de Circulação

Nome.....

Endereço.....

CEP..... Cidade..... Estado.....

Boletim Nacional Cz\$ 800,00 Teoria & Debate Cz\$ 1.100,00

DIRETÓRIOS

Pacotes de 50, 100, 150, 200 exemplares do Boletim Nacional a Cz\$ 60,00 a unidade.

Nome.....

Diretório..... fone.....

Endereço.....

CEP..... Cidade..... Estado.....



Colaboradores: Claudio Cerri, Clara Charf, Eduardo M. Suplicy, Jackson de Toni, Luis Eduardo Greenhalgh, Olivio Dutra, Perseu Abramo, Sergio Sister, Tirso Marçal, Valter Pomar, Wladimir Pomar.

Ilustração: (da pág. 2) extraída do livro Contos Plausíveis de Carlos Drummond de Andrade.

Charges: Gilmar

Diagramação: Carmem Machado Luz Comp., Mont., Fotol. e Imp.: DCI Indústria Gráfica & Editora S.A.

Tiragem: 15 mil exemplares
Impresso em 18/07/88

Orgão da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, av. 11 de junho, 260, CEP 04041 - São Paulo/SP - fone 575-2299
Coordenador de Imprensa: Rui Falcão
Editor: Cicero Araújo
Repórter: Marisa Lourenço



Os participantes da colheita de feijão em Tabira (PE).

Colheita vai para campanha

O Diretório Municipal do PT de Tabira, cidade do sertão de Pajeú (Pernambuco), a 397km de Recife, realizou no último dia 26 de junho um evento diferente para angariar fundos para o partido: uma colheita de feijão na horta comunitária do PT.

A idéia surgiu da discussão de como levantar recursos para as eleições naquele município, onde o PT tem boas chances de eleger nosso candidato a prefeito, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Aristides dos Santos.

Os companheiros de Tabira vinham discutindo desde o ano passado uma forma de angariar recursos e chegaram à conclusão de que poderiam fazer algo que sabem muito bem: plantar. Embora a decisão tenha sido tomada rapidamente, executá-la não foi tão fácil. Muitos problemas surgiram ao longo do processo, dentro e fora do PT. Primeiro porque alguns companheiros não acreditavam que o projeto de roça comunitária desse certo; havia até quem desconfiasse do propósito, achando que o lucro iria beneficiar pessoas em particular.

Terreno e dinheiro

Vencidas as primeiras barreiras, partiu-se para encontrar um terreno apropriado para o plantio, e como iriam conseguir essa terra. Depois de verificar alguns "candidatos", os plantadores optaram por dois hectares que, embora ficassem fora do cinturão de feijão da cidade, a região de Borborema, estavam "descansando" há dois anos e seu proprietário, o senhor Albino Perei-

ra - que não é petista -, cedeu a área sem o PT precisar arrendá-la. Apesar de dizer que não trabalhou na roça, na verdade ele ajudou bastante, dando conselhos ao pessoal mais novo - muitos nunca tinham apanhado uma enxada -, sobre o tratamento da produção.

A safra

Resolvido o problema do

terreno, surgiu outro: como ter dinheiro para comprar sementes? O pessoal já tinha mão-de-obra, instrumentos de trabalho e muita vontade, mas não tinha o principal: as sementes, muito menos dinheiro no caixa. O único modo conhecido de conseguir financiamento era o crédito agrícola, seja do governo ou das coopera-

tivas; só que se já era difícil para os trabalhadores em geral, para o PT era impossível, pois, além dos obstáculos políticos, esse tipo de financiamento só é concedido a pessoas físicas. Mais uma vez os petistas de Tabira não se deixaram vencer: retiraram Cz\$ 8 mil na Cooperativa de Pequenos Produtores da cidade, em

nome de um companheiro e então começaram a tocar o projeto.

Apesar do dinheiro só ter dado para a compra de sementes, mesmo porque os agricultores de Tabira não têm o hábito de usar qualquer tipo de adubo ou agrotóxico, foi o suficiente para plantar o desejado. A escolha do cultivo do feijão se deu pelo fato de ser o produto mais rentável daquela região. A demora em conseguir a verba atrasou o plantio, que deveria ter começado em março. Esse foi mais um ponto de preocupação, pois muitos temiam perder a safra, caso as chuvas fossem mais fortes na época da colheita, o que quase aconteceu.

Como se não bastassem os problemas ocasionados pela burocracia e pela má-natureza, surgiram os de ordem pessoal. No início do projeto não tínhamos mais que oito companheiros empenhados nesse trabalho, o que levou a direção municipal a propor a eleição de uma comissão que coordenasse os trabalhos da roça, o que deu certo, pois na fase da colheita já havia cerca de 30 pessoas

Apesar de não obterem a safra estimada (em torno de 2,5 mil kg), a roça comunitária foi um sucesso e os tabiranos já pensam em repeti-la no próximo ano. Dos 70 kg de feijão plantados, produziram 20 sacas - o que corresponde a 1,2 mil kg - significando, em dinheiro, cerca de Cz\$ 80 mil, que serão aplicados em gastos básicos da campanha eleitoral, tais como material gráfico e combustível para mobilização e o aluguel de um comitê eleitoral.



Pintou a Brigada Henfil

A fim de divulgar a proposta do nosso partido de forma alternativa, artistas do PT pernambucano criaram a Brigada Henfil em homenagem ao saudoso companheiro. Os "doces artistas", ou "brigadistas", José Paulo, Amauri Cunha, Maurício Castro, Marcelo Figueiredo, Ronaldo Câmara, Carla Spinillo, Betânia Gomes, Fernando Duarte e Flavio Simeão têm pintado o sete. Isso mesmo: já são sete o total de muros que eles pintaram em Recife, Olinda e Catende (município da zona da Mata Sul).

Desde a eleição de 86 já existiam dentro do PT trabalhos nesse sentido, embora de forma isolada. Mas no início deste ano, esses artistas optaram pelo trabalho em conjunto. Para Amauri Cunha, coordenador do grupo, "a formação da Brigada Henfil naquele primeiro momento mostrou que as divergências devem ser tratadas no campo político, e que o combate efetivo aos inimigos comuns (capitalistas, latifundiários

etc.) superam as divergências internas". E Maurício Castro acrescenta. "É necessário para um partido político que visa a transformação da sociedade aglutinar todos os setores, inclusive artísticos."

Apesar do adiamento das eleições diretas, a luta continua... não só na divulgação da candidatura Lula, mas também no sentido de fortalecer a campanha das eleições municipais. Inclusive, a Brigada já foi danada pra Catende e vai pintar em outros municípios, como, por exemplo, Nova Petrolândia, Ouricuri e Tabira, onde o PT já lançou candidatos.

Só tem um detalhe: os "brigadistas" não pintam qualquer muro. É preciso ser em local estratégico e de textura bem lisa. Portanto, quem tiver um muro com tais características é só pintar... pintar na reunião da Brigada Henfil, toda quarta-feira, a partir das 18 horas, na sede do PT (ou pelo telefone - 081 - 221-1017).

Ana Araújo